



EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ**, estabelecida à rua Mohamed Said Hedjazi, nº 42, Bairro Floresta, Juquiá/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.585.964/0001-40, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Trânsito, usando da competência delegada pelo Prefeito Municipal, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a CONTRATAÇÃO de empresa para prestação de serviço de apreensão, captura, transporte, manejo, guarda temporária de animais de médio e grande porte (caprinos, ovinos, suíno, bubalinos, bovinos e equídeos) em situação de risco em vias públicas. A licitação será regida pela legislação vigente, especialmente as Leis Federais nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Portaria Municipal nº 10/2024 de 03 de janeiro de 2024 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente Edital.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL

Justifica-se o Pregão Presencial conforme o art. 6º da referida lei, que dispõe:

“Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...) XLI – pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.”

O pregão continua reservado para bens e serviços comuns, mas agora com o comando legal de obrigatoriedade. Ou seja, a Nova Lei de Licitações traz, ao nível da legalidade, o que no regime anterior era imposto por regulamentos.

No regime da Lei nº 14.133/2021, o próprio conceito de pregão já indica que se trata de modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns (art. 6º, XLI). Isso significa que, detectado o cabimento da modalidade em estudo, o seu uso é obrigatório.

Conforme o § 2º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações serão realizadas “preferencialmente” sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada.

Já o art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe:

“Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

- I – do requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;
- II – da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;
- III – das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.”

No caso do Município de Juquiá, a opção pela modalidade Pregão na forma Presencial se justifica pela necessidade de maior celeridade na contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade.

Entre as alegações mais comuns para a utilização do pregão presencial, destaca-se que esta forma inibe a apresentação de propostas insustentáveis, que poderiam atrasar o procedimento eletrônico e aumentar seus custos.

Para municípios de pequeno porte, como Juquiá, há diversas vantagens na adoção da forma presencial, tais como:

- possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão;
- facilidade na negociação de preços;
- verificação direta das condições de habilitação e execução das propostas;
- aquisição de bens e serviços com melhor adequação técnica e qualidade.



A opção pelo Pregão Presencial decorre, ainda, da prerrogativa prevista no art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021, que concede aos municípios com até 20.000 habitantes o prazo de 6 (seis) anos, contados da publicação da lei (01/04/2021), para atendimento das obrigações relativas à forma eletrônica.

A escolha pela modalidade presencial não altera o resultado do certame. Pelo contrário, tende a gerar maior competitividade e redução de preços, pela interação direta entre o pregoeiro e os licitantes.

Permite, ainda, esclarecimentos imediatos durante a sessão, promoção de diligências, verificação instantânea da habilitação, manifestação de recursos e celeridade processual, visto que, em regra, as decisões ocorrem durante a própria sessão pública.

A adoção da forma presencial também fortalece o desenvolvimento de empresas regionais, sem prejuízo à competitividade, uma vez que os editais são amplamente divulgados, garantindo ampla participação.

Dessa forma, a modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa à contratação pretendida, por conciliar celeridade, transparência, competitividade e vantajosidade, conforme o disposto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

Ao promover o Pregão Presencial, a Administração assegura aos interessados a oportunidade de discutir, sanar dúvidas e esclarecer pontos relevantes durante a sessão, algo que muitas vezes não é possível em sessões eletrônicas.

HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h:00min do dia 05 de maio de 2.026.

CRENCIAMENTO, ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09:00 horas do dia 05 de maio de 2.026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Sala de reuniões do Paço Municipal, localizado à rua Mohamed Said Hedjazi, nº 42 – Bairro Estação – Juquiá/SP.

Nos termos do artigo 17, § 5º da Lei 14.133/21, esta Pregão Presencial será gravado em áudio e vídeo, que será juntado aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.

1. DO OBJETO

1.1. Tem por objetivo o presente Edital a **CONTRATAÇÃO** de empresa para prestação de serviço de apreensão, captura, transporte, manejo, guarda temporária de animais de médio e grande porte (caprinos, ovinos, suíno, bubalinos, bovinos e equídeos) em situação de risco em vias públicas, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

1.2. Compõem este Edital os anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO V - MODELO DE CRENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE

ANEXO VI- MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP

ANEXO VIII - RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL

ANEXO IX – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

ANEXO X – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2. DA FORMALIZAÇÃO, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.

2.1. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar os pedidos de esclarecimentos, providências do ato convocatório do pregão até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura das propostas, preferencialmente pelo e-mail: licitacao@juquia.sp.gov.br.



- 2.2. Em caso de impugnação ao ato convocatório, o Pregoeiro decidirá sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis, cuja resposta será divulgada no sítio eletrônico oficial desta Prefeitura Municipal, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 2.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do Pregão;
- 2.4. Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.
- 2.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.
- 2.6. O acolhimento da impugnação, desde que implique em modificação do ato convocatório, além da alteração decorrente, resultará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação das propostas.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste pregão todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
- 3.2. Poderão participar deste pregão as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo credenciamento na forma do item "4" deste edital.
- 3.3. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 3.3 não será aplicada ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.3.2. A obtenção do benefício a que se refere o item 3.3 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da licitante.
- 3.5. **Não poderão disputar esta licitação, pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais situações seguintes:**
- 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- 3.5.2. que estejam cumprindo penalidade de impedimento para licitar e contratar com o Município de Juquiá, nos termos do inciso III do artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do artigo 156, IV da Lei Federal n.º 14.133/21 e não tenha ocorrido a respectiva reabilitação.
- 3.5.2.1. O impedimento de que trata o item 3.5.2 será também aplicada a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.
- 3.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.5.3.1. A vedação de que trata o item 3.5.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa



que preste assessoria técnica.

3.5.4. empresas em regime de falência, judicialmente decretada;

3.5.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.6. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.6.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.7. Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Entidades e Associações sem fins lucrativos;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.11.1. Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o Município de Juquiá/SP, pelos atos praticados, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea "d". Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;

b) Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeiro;

c) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução contratual;

e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração da Ata de Registro de Preços.

f) A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Prefeitura de Juquiá/SP e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

3.5.12. pessoa física ou jurídica que nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.13. de cooperativas;

3.5.13.1. Será permitida a participação dos profissionais organizados sob a forma de cooperativa se:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 e a Lei Complementar nº 130 de 17 de abril de 2009;



- b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.5.14. **empresas proibidas de contratarem com o Poder Público ou receberem benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios**, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, conforme artigo 12 da Lei nº 8.429/1992;

3.5.15. empresas estrangeiras que não funcionam no País.

3.6. A participação nesta licitação implica o reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente Edital, bem como as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/21, que disciplina a presente Licitação e integrará o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No horário e local, indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

4.1.1. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrados no credenciamento e mantê-los atualizados junto ao órgão responsável pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelos atos realizados em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

4.3. As empresas serão representadas por pessoas físicas que deverão se credenciar junto ao Pregoeiro por intermédio de um representante legal, devidamente munido de um dos documentos descritos no item 4.5, com poderes para representar e responder pela empresa.

4.4. Os documentos referentes ao credenciamento e os Envelopes Nº 01 - "PROPOSTA" e Nº 02 - "HABILITAÇÃO" serão recebidos pelo Pregoeiro, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, conforme endereço e horário antes indicado neste edital. A sessão pública dirigida pelo Pregoeiro se dará a seguir, no mesmo dia e local nos termos das legislações supracitadas, deste edital e dos seus anexos.

4.4.1. A documentação referente ao credenciamento será apresentada fora dos Envelopes Nº 01 (PROPOSTA) e Nº 02 (HABILITAÇÃO).

4.5. O credenciamento do representante far-se-á por um dos seguintes meios, além dos documentos do item 4.6:

- a) Instrumento público de procuração, com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante, com prazo de validade em vigor;
- b) Instrumento particular de procuração acompanhado de cópia do documento de identidade do signatário para confrontação da assinatura, nos termos do artigo 3º, da Lei 13.726/2018 ou com firma reconhecida nos moldes do Anexo V, com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante;
- c) Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de empresa licitante, cópia do respectivo estatuto, ato constitutivo ou contrato social com todas as alterações ou consolidação, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores.

4.5.1. O representante deverá apresentar o documento de identificação com foto, sendo admitidos: Documento de Identificação, Carteira Nacional de Habilitação ou outro documento de identificação semelhante.

4.5.2. A ausência do representante credenciado, em qualquer momento da sessão, importará, salvo autorização verbalmente expressa do Pregoeiro, na sua imediata exclusão como representante habilitado para a prática de atos em nome da licitante na sessão, incidindo na condição do subitem 4.5.3.

4.5.3. A licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar



atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.5.4. A licitante que não se fizer representar por pessoa devidamente acreditada poderão encaminhar os Envelopes nº 01- PROPOSTA e nº 02 - HABILITAÇÃO pessoalmente ou via correios, sabendo, desde já, que o não comparecimento pessoal na sessão do presente certame gera expressa renúncia ao direito de apresentar lances e abdicação do direito de eventualmente recorrer das decisões de julgamentos das propostas e de habilitação ou inabilitação da licitante, uma vez que, na forma do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, deve ser manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso.

4.6. No ato do credenciamento, além daqueles exigidos para o credenciamento do representante, deverão ser apresentadas os seguintes documentos e declarações, condição essencial para o credenciamento do representante da empresa para participação no certame licitatório:

a) Ato de criação da licitante, conforme o caso: Registro comercial, no caso de empresa individual ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou simples, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da Diretoria em exercício e;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Anexo VII);

4.7. Para os documentos exigidos neste item, fica dispensado o reconhecimento de firma em cartório, podendo a prova de autenticidade da cópia fornecida ser feita perante ao Pregoeiro, mediante apresentação de original ou mediante declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme disposição do artigo 12, IV da Lei Federal nº 14.133/21.

4.7.1. O reconhecimento de firma poderá ser exigido quando houver dúvida de autenticidade ou se houver exigência legal específica.

4.7.2. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (artigo 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

4.7.3. O Pregoeiro e Equipe de Apoio verificarão à existência de sanções que impeçam a participação no certame, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional das Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União: (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça: (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=for);

c) Cadastro do Tribunal de Contas de São Paulo – Relação de Apenados (<https://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>);

4.7.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.7.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante impedida de participar do certame.

4.8. Estando todas as licitantes representadas por credenciados e, por decisão do Pregoeiro, serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, os envelopes deverão estar indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho e, deverão conter as seguintes identificações na face externa:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ
ENVELOPE Nº 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”



PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO: COMPLETO DA PROPONENTE:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ
ENVELOPE Nº 02 – “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”
PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO: COMPLETO DA PROPONENTE:

5. DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta de preços deverá constar do ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS, lacrado na forma do item 4.8 e deverá, preferencialmente, ser preenchida na forma do Anexo III - Modelo de Proposta de Preços. Juntamente com a proposta escrita, poderá ser apresentada proposta eletrônica, que se encontra disponível no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Juquiá, acondicionado em envelope lacrado na forma do item 4.8.

5.1.1. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.1.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.2. Deverão estar consignados na proposta:

- a) dados cadastrais da licitante, com indicação do número do CNPJ /MF e da Inscrição Estadual;
- b) indicação obrigatória do preço por item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos, grafados de forma clara e inteligível;
- c) indicação de marca dos produtos ofertados;
- d) Indicação do representante legal que firma a proposta e sua assinatura;
- e) e-mail e telefone para contato;
- f) e-mail para envio de empenhos;

5.3. Cada concorrente deverá computar, no preço ou percentual de desconto que ofertar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

5.4. Os preços ofertados deverão ser equivalentes aos praticados no mercado, na data da apresentação da proposta.

5.4.1. Os preços deverão ser expressos em moeda nacional, em algarismos arábicos, com 02 (duas) casas decimais, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

5.4.2. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da apresentação da proposta.

5.4.3. Ocorrendo na proposta divergência na grafia dos preços em algarismos e por extenso, prevalecerá o preço grafado por extenso.

5.4.3.1. Se houver divergências entre o preço unitário e o preço total indicado pela proponente, apenas o preço unitário será considerado válido e o total será corrigido de forma a conferir com aquele.

5.4.4. No caso de a licitante apresentar proposta de preço em formulário próprio, obedecerá ao descritivo do objeto quanto às quantidades e características e fará constar obrigatoriamente, todas as informações expressas no Anexo III, inclusive as declarações.



5.4.5. Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.5. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços, os valores máximos indicados no Anexo I – Termo de Referência.

5.6. Verificada a regularidade formal dos envelopes, estes serão rubricados pelos membros da Equipe de Apoio, Pregoeiro e representantes das licitantes. Após, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope N.º 1 (Proposta) e junto a Equipe de Apoio, analisará o seu conteúdo no que tange a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.7. A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste Edital e seus anexos, dos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas suplementares aplicáveis.

5.8. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

5.9. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata.

5.10. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento das propostas.

5.11. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

5.12. As demais propostas serão classificadas provisoriamente em ordem crescente de preços.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA.

6.1. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma definida neste Edital e seus anexos.

6.2. O procedimento de envio de lances seguirá conforme o modo de disputa “aberto”, e poderão participar da etapa aberta todos as licitantes que apresentarem a proposta, em que as licitantes apresentarão lances verbais públicos e sucessivos.

6.3. Os lances poderão ser ofertados de forma livre por todas as licitantes.

6.4. A licitante que não apresentar lance verbal quando convidada pelo Pregoeiro fica excluída das rodadas posteriores de oferta de lance, valendo o último lance registrado, para efeito de classificação de sua proposta ao final da etapa competitiva.

6.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

6.6. A etapa de lances terá seguimento até o seu exaurimento que se dará em virtude da ausência de formulação de lance verbal mais vantajoso.

6.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida no item anterior a etapa da sessão pública encerrar-se-á e o os lances serão ordenados conforme a ordem final de classificação.

6.8. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.8.1. Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.9. Encerrada a etapa prevista nos subitens anteriores, o Pregoeiro ordenará e divulgará a classificação provisória, por ordem crescente de valores.



- 6.10. Com exceção dos lances intermediários, todos os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou superiores a proposta de maior desconto, conforme o caso.
- 6.11. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 6.13. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e se houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, artigo 44, § 2º).
- 6.14. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior ao menor preço definido, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta (Lei Complementar nº 123, artigo 45, inciso I).
- 6.14.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, a contar da convocação do Pregoeiro, sob a pena de preclusão (Lei Complementar nº 123, artigo 45, § 3º).
- 6.14.2. Se houver equivalência entre os valores das propostas apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.13, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta (Lei Complementar nº 123, artigo 45, inciso III).
- 6.14.3. Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada não exerça seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no item 6.13, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (Lei Complementar nº 123, artigo 45, inciso II).
- 6.15. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 6.16. Uma vez exercido o direito de preferência às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço inferior, será declarada a melhor proposta de preço aquela originalmente vencedora. (Lei Complementar nº 123, artigo 45, § 1º).
- 6.17. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 6.13, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 6.18. Caso a situação não configure impacto ficto na forma da Lei Complementar nº 123/06, na ocorrência de empate entre duas ou mais propostas, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance, nos termos do inciso I do artigo 60, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.19. Na hipótese de o disposto no item 6.18 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados os demais critérios e preferências previstos nos incisos II a IV, do artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.20. Definida a classificação, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de participantes, preços ofertados, propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E NEGOCIAÇÃO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no Edital.
- 7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.2.1. contiver vícios insanáveis;



- 7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.3. No caso de bens e serviços em geral, será considerado indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.3.1. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:
- 7.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.3.2. Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.3.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.3.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.3.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.4. Se a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.5. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o 1º (primeiro) colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.6. Concluída a negociação se houver o resultado será registrado na ata da sessão pública.
- 7.7. Quando couber, poderá ser solicitada a apresentação de amostras dos itens ofertados, a fim de verificar a conformidade com as especificações técnicas exigidas no edital, acompanhadas de laudos quando solicitados. A convocação será feita mediante comunicação formal aos licitantes, que deverão entregar as amostras no prazo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação, sob pena de desclassificação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificado, mediante anuência da Administração, devendo ser entregues na sede da Prefeitura localizada à rua Mohamed Said Hedjazi, nº 42, Bairro Floresta, Juquiá/SP.
- 7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



7.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observando as diretrizes elencadas a seguir.

8. DO ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

8.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1.1. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, podendo a prova de autenticidade da cópia fornecida ser feita perante ao agente responsável pela licitação, mediante a apresentação da via original ou através de declaração de autenticidade fornecida por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme disposição do artigo 12, IV da Lei Federal nº 14.133/21.

8.1.2. O reconhecimento de firma poderá ser exigido quando houver dúvida de autenticidade ou se houver exigência legal específica.

8.1.3. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (artigo 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.1.4. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

8.1.5. A aceitação dos documentos obtidos via Internet, ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de Apoio.

8.1.6. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente com o nº CNPJ/MF e endereço respectivo.

8.1.7. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

8.1.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

8.1.9. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data da abertura da sessão.

8.1.10. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.1.11. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o objeto da contratação, para efeitos de habilitação, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

8.1.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.1.13. O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

8.1.14. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação.

8.1.15. As licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;



8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

8.2.3. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.2.4. A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, comprovar tal condição mediante certidão simplificada expedida.

8.2.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

8.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

8.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, inclusive abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

8.3.4. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, em relação aos Tributos Estaduais inscritos em dívida ativa, expedida pela Procuradoria da Fazenda Estadual;

8.3.5. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, em relação aos Tributos Mobiliários;

8.3.6. Certidão de Regularidade Fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador";

8.3.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Certidão de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (acessar o link www.tst.jus.br/certidao);

8.4. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

8.4.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, com data de emissão anterior à data da entrega das propostas de no máximo 90 (noventa) dias;

8.4.2. Na hipótese de a proponente estar em recuperação judicial, possibilita-se a apresentação de certidão positiva, juntamente com o Plano de Recuperação homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital (Súmula nº 50 do TCE-SP).

8.4.3. Cópia do balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercício sociais exigíveis, que comprovem a sua boa situação financeira, assinados pelo contabilista e seu representante legal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.4.3.1. Os documentos referidos no alínea "8.4.3" do subitem 8.4. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.4.3.2. Demonstrar Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não}} \times \text{Prazo}$$



$$\text{Circulante}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Justifica-se a exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos superiores a 1 (um), como forma objetiva de demonstrar a capacidade econômico-financeira mínima da licitante para assumir e manter as obrigações contratuais, sendo parâmetros contábeis universalmente aceitos, utilizados para avaliar a saúde financeira da empresa.

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.5.1. Certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional na execução de contratações similares de complexidade operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

8.5.1.1. As certidões ou atestados deverão demonstrar que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 06 (seis) meses.

8.5.2. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.6. OUTRAS DECLARAÇÕES:

a) Declaração emitida pela licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Anexo VI);

b) Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração; (Anexo VI);

c) Declaração de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. (Anexo VI);

d) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador e funcionário, servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Juquiá. (Anexo VI);

e) Declaração pela(s) Microempresa(s) e Empresa(s) de Pequeno Porte de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte. (Anexo VI);

f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação (Anexo IV);

g) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Anexo VI).

9. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.5. Estando a documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta e/ou contrariando qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitado.

9.6. Sendo considerada inabilitada a licitante cuja proposta tenha sido classificada em 1º (primeiro) lugar, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma



proposta que atenda ao edital de licitação e prosseguirá na abertura do envelope de documentação de habilitação da licitante classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de um das licitantes classificados, sem prejuízo de nova análise e negociação dos preços ofertados.

9.7. Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso às licitantes, nos termos do item “12” deste instrumento.

9.8. A sessão será registrada em áudio e vídeo e dos atos será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que ao final será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

9.9. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no artigo 71 da Lei nº 14.133 de 2021.

9.10. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificados poderão ser devolvidos aos seus representantes na própria sessão, salvo se houver, no momento oportuno, manifestação de interesse de interpor recurso, hipótese em que ficarão retidos com o Pregoeiro, até ulterior deliberação. Os envelopes das licitantes classificados, não declarados vencedores do certame, permanecerão sob custódia do Pregoeiro até o efetivo cumprimento da obrigação pela licitante adjudicatária.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA REALINHADA

10.5. A licitante declarada vencedora deverá no prazo de 02 (dois) dias úteis apresentar proposta atualizada contendo os valores readequados ao valor total apresentado pelo lance vencedor, sob pena de decair ao direito à contratação.

10.5.1. O percentual da redução deverá ser equitativamente distribuído entre o preço originalmente proposto, relativo a todo o valor unitário do produto ofertado, observando-se o disposto no item “6”.

11. DOS RECURSOS

11.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitante, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133 de 2021.

11.6. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.7. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

11.7.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.7.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento, conforme o caso;

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.10. As razões de recurso deverão ser protocolizadas por meio do e-mail: licitacao@juquia.sp.gov.br ou no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizada na roa Mohamed Said Hedjazi, nº 42 – Bairro Floresta, Juquiá/SP, de segunda a sexta- feira, das 8:00 às 12:00h - 13:30 às 17:00h, sob pena de configurar-se a desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.

11.11. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos



autos.

11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13.11. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos artigos 166 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.5. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.5.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.6. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

12.7. A convocação se dará por meio de endereço de e-mail fornecido pela licitante na sessão pública e publicado no Diário Oficial do Município.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.5. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

13.5.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.5.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

13.5.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.5.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.6. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.7. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.8. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14. DA CONTRATAÇÃO.

14.5. Após a homologação da licitação, a adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.5.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da



adjudicatária e aceita pelo Município.

14.5.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6. É facultado ao município de Juquiá, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/2021.

14.7. Até a assinatura do Contrato, o município de Juquiá poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, desde que haja conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

14.8. A Contratante deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.9. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por representante(s) da Prefeitura, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência ao município de Juquiá.

15. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato que for originário desta licitação terá vigência por **12 (doze) meses**, com a possibilidade de prorrogação na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o seguinte:

17.2. A cada renovação a autoridade competente atestará que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada;

17.3. A Administração deverá atestar no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem de sua manutenção;

17.4. A Administração poderá, na proximidade da data de aniversário do contrato, decidir pela extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, por despacho fundamentado, com ciência da Contratada.

16. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

16.5. A licitante vencedora do certame deverá realizar a prestação dos serviços para a Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Trânsito, após a assinatura do Contrato, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos e condições constantes do Anexo I - Termo de Referência.

16.6. Para a execução dos serviços contratados, o Fornecedor deverá disponibilizar profissionais habilitados, que garantam a exatidão e a qualidade dos serviços realizados sob pena da aplicação das sanções contratuais previstas, pelo não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais.

16.7. O Fornecedor obriga-se a manter os compromissos assumidos pela apresentação de sua Proposta Comercial, nos Termos dos Anexos I e III do edital que deu origem ao presente instrumento, com relação a prestação de serviços objeto do presente certame sob a fiscalização e orientação da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Trânsito do Órgão Gerenciador.

16.8. Ficará a cargo da vencedora do certame as despesas decorrentes das prestações dos serviços do objeto da licitação

19. DA FORMA DE PAGAMENTO

19.1 A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo Fornecedor deverá ser entregue juntamente com o produto no local indicado pela Seção competente do Órgão Gerenciador. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a



proposta vencedora da licitação.

19.2 O pagamento da Nota Fiscal seguirá o Cronograma de Desembolso estabelecido pelo Órgão Gerenciador, sendo efetuado no seguinte período de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, desde que a mesma seja entregue, devidamente atestada, na Seção de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda.

19.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente do Fornecedor a ser informada junto com a documentação de sua proposta.

19.5 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Fornecedor e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.

19.6 Caso o dia do pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

20. DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do Contrato, exceto nos casos presentes no Art.124 da Lei Federal 14.133/21.

20.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

20.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

20.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O reajuste será realizado por apostilamento conforme artigo 136, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

21. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

21.1. DOS DIREITOS:

21.1.1. Constituem direitos do ORGÃO GERENCIADOR, receber o objeto desta contratação nas condições avençadas e do FORNECEDOR perceber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados.

21.2. DAS OBRIGAÇÕES:

21.2.1. Constituem **obrigações** do ÓRGÃO GERENCIADOR:

- a) fornecer todos os dados e especificações necessárias ao adequado fornecimento;
- b) comunicar com a devida antecedência toda e qualquer alteração que possa interferir no fornecimento do objeto aqui contratados;
- c) efetuar o pagamento ajustado;
- d) dar ao FORNECEDOR as condições necessárias à regular execução do ajuste



- e) acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021;
- f) exigir o cumprimento de todos os itens desta contratação;
- g) exercer o acompanhamento e fiscalização do fornecimento por meio de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos ao ÓRGÃO GERENCIADOR competente para as providências cabíveis;
- h) Notificar ao FORNECEDOR por escrito da decorrência de eventuais imperfeições no curso da execução desta Contratação, fixando prazo para a sua correção.

21.2.2. Constituem **obrigações** do FORNECEDOR:

- a) manter, durante a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação;
- b) executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as determinações técnicas e qualidades exigidas, cumprindo todas as especificações estabelecidas na proposta de preços e documentos apresentados ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- c) atender a todas as normas de segurança e assumir as responsabilidades por eventuais danos morais ou materiais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento dos serviços, sem nenhuma responsabilidade do Município.
- d) comparecer, sempre que solicitada, à sede do Município, em horário por este estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.
- e) comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento dos serviços, objeto da contratação firmada;
- a) não transferir ou subcontratar, ceder ou subempreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação dos serviços, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, sob pena de rescisão do contrato e consequente indenização, estipulada no valor de 10% (dez por cento) do valor da presente contratação.
- b) submeter-se à fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, acatando as determinações e especificações contidas neste Edital,
- c) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto desta licitação.
- i) manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- j) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo contemplá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando couber algum dos eventos arrolados nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021;
- k) promover todos os esforços para assegurar a qualidade dos serviços contratados e, sempre que forem observados defeitos, repará-los no prazo determinado nesta contratação, comunicando por escrito a reparação e regularização;
- l) não repassar para outrem a responsabilidade pelo cumprimento do objeto desta contratação;
- m) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram.

22. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei a licitante que com dolo ou culpa:

22.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

22.1.2. alvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra (quando solicitado);
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

22.1.3. não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

22.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

22.1.5. fraudar a licitação;

22.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

22.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.8. praticar ato lesivo previsto no [artigo 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

22.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.

22.4.1. Para as infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado.

22.4.2. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado.

22.4.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.4.4. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.4.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

22.4.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [artigo 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

22.4.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

22.4.8. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.4.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.4.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

22.4.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.4.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

23. DAS REGRAS APLICÁVEIS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)



23.1. O FORNECEDOR desempenhara e entregara os produtos com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, devendo respeitar ainda a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, pelo que se compromete a não divulgar, por nenhum meio, os dados pessoais a que teve acesso em virtude do presente Contrato, sob pena de responder pelos danos ocasionados pela sua divulgação, mau uso, perda, extravio ou inutilização, salvo comprovado caso fortuito ou força maior, mesmo se tal ocorrer por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.

24. DA PUBLICAÇÃO

24.1. Incumbira ao ÓRGÃO GERENCIADOR divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sitio oficial na Internet, em atenção ao artigo 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011 e artigo 10º do Decreto Municipal nº 1.809 de 05 de novembro de 2019.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Será fornecida a ata da sessão pública às licitantes participantes.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

25.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.7. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos; não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.juquia.sp.gov.br.

25.12. O Pregoeiro e sua equipe de apoio, atenderá aos interessados das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 h de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Seção de Compras e Licitações, localizada à rua Mohamed Said Hedjazi, nº 42, Bairro Floresta, Juquiá/SP, para melhores esclarecimentos.

25.13. Fica eleito o FORO DA COMARCA DE JUQUIÁ, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta licitação, com renúncia a qualquer outro por mais especial que seja.



Juquiá, 13 de abril de 2.026.

TALITA CRISTINA DE SOUZA MATOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apreensão, captura, manejo, transporte e guarda de animais de médio e grande porte (caprinos, suínos, bubalinos, bovinos e equídeos) em situações de risco, capturados nas vias e logradouros públicos, em área urbana e de expansão urbana, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, no âmbito do município de Juquiá.

1.2. Este Termo de Referência será elaborado em conjunto pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Trânsito, Secretaria de Meio Ambiente e Unidade de Vigilância de Zoonoses, com finalidade de definir as condições, especificações técnicas e administrativas necessárias à contratação de empresa especializada no objeto, garantindo o atendimento às normas de bem-estar animal, segurança pública e saúde coletiva, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais regulamentações aplicáveis à Administração Municipal.

1.3. **Tabela I - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	VALOR UN. (média)	VALOR ANUAL (média)
1	12	Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviço de APREENSÃO, CAPTURA, TRANSPORTE, MANEJO, GUARDA TEMPORÁRIA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, SUÍNOS, BUBALINOS, BOVINOS E EQUÍDEOS) EM SITUAÇÕES DE RISCO EM VIAS PÚBLICAS , incluindo tratamento (quando necessário), relatórios (Médico Veterinário), alimentação adequada e apropriada, cuidados necessários, (abrigo e tratamento), com área coberta (baias/curral) apropriada para manejo e guarda de animais; com área de pista de atividades ou pasto disponível, e demais encargos necessários para execução do serviço por período de 12 (doze) meses.	MÊS	R\$ 10.095,00	R\$ 121.140,00

1.4. Valor médio da contratação R\$ 121.140,00 (cento e vinte e um mil e cento e quarenta reais), para o período de 12 (doze) meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação visa suprir as demandas de serviços de captura, manejo, transporte e guarda de animais de médio e grande porte (caprinos, suínos, bubalinos, bovinos e equídeos) soltos em vias públicas, áreas urbanas, no âmbito do município de Juquiá, tendo em vista que a Administração, após a contratação, se concentrará apenas aos valores contratuais e isentando de responsabilidades de riscos e despesas futuras com transporte, alojamento, alimentação e cuidados veterinários (quando necessário) dos animais apreendidos.



2.2. A contratação dos serviços de apreensão e recolhimento de animais nas vias, dada à periculosidade de animais trafegando pelas vias e logradouros públicos, podendo trazer riscos à segurança de motoristas e pedestres, como acidentes automobilísticos, prejuízo a terceiros e à garantia de bem estar e segurança dos próprios animais; também constitui-se como um problema de saúde pública, servindo esses animais como hospedeiros/vetores de diversas doenças e zoonoses para o homem e para outros animais.

2.3. Em análise, foi identificada as seguintes necessidades na qual está contratação visa sanar:

2.3.1. **Segurança Pública**

2.3.2. Riscos de acidentes: Animais soltos nas vias públicas, representam um grande risco para o trânsito, podendo causar acidentes graves com veículos e até pedestres.

2.3.3. **Saúde e Bem-estar Animal**

2.3.4. Riscos à saúde do animal: Animais soltos na cidade estão expostos a riscos de doenças, maus tratos e até mesmo à falta de alimentação ou água adequada.

2.3.5. Necessidade de cuidados veterinários: A captura por uma empresa especializada pode garantir que os animais sejam adequadamente tratados, identificados e encaminhados para tratamento, se necessário.

2.3.6. **Preservação do Meio Ambiente e Tradições Locais**

2.3.7. Proteção ao meio ambiente urbano: Alguns animais, especialmente bovinos e equinos, podem danificar o ambiente urbano, como plantas e áreas públicas. A captura desses animais evita que se tornem um problema ambiental.

2.4. Essa definição ajuda a estruturar a contratação de forma clara, abrangendo os serviços necessários e as responsabilidades da empresa contratada, garantindo segurança tanto para os animais quanto para a população, garantir a segurança pública e a proteção de animais que possam estar em risco ao circularem de forma inadequada em áreas urbanas ou rurais da cidade.

2.5. Justifica-se a contratação dos serviços citados, como principal medida saneadora ao risco eminente de acidentes em função do descuido ou pela falta de estrutura dos proprietários, sendo de responsabilidade desta autarquia a fiscalização e o recolhimento através das políticas já implantadas.

2.6. Sendo assim, atendendo o cumprimento do Código de posturas Art. 212 e 213 da Lei Complementar nº 036/2008 de 21 de outubro de 2008, e Lei Municipal n.º 1152 de 15 de agosto de 2025, com posteriores alterações, que dispõe dentre outras, a proibição da permanência dos animais soltos em vias públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Para que seja possível sanar o objeto desta contratação, observando as necessidades elencadas em ETP (Estudo Técnico Preliminar) a empresa deverá ser capacitada para realizar esse tipo de serviço com segurança, respeito ao bem-estar animal, e em conformidade com a legislação vigente. De modo a garantir a segurança pública e a proteção de animais que possam estar em risco ao circularem de forma inadequada em áreas urbanas ou rurais da cidade.

3.2. **Identificação da Necessidade**

3.2.1. Captura de animais perdidos ou que se deslocaram para áreas não permitidas.



3.2.2. Tipo de Animal: tipos de animais de médio e grande porte, cita-se caprinos, suínos, bubalinos, bovinos e equídeos com comportamentos e necessidades de manejos específicos. Dependendo do tipo de animal e das condições em que se encontra, a captura pode exigir técnicas especializadas,

3.3. Pesquisa de Empresas

3.3.1. Após identificar a necessidade, é importante buscar empresas especializadas na captura destes animais. Algumas características a serem avaliadas são:

3.3.2. Equipamento e Técnicas de Captura: A empresa deve dispor de equipamentos adequados, como cercas móveis, cordas, laços, contenção segura, e contar com profissionais treinados nas melhores técnicas de captura, evitando danos aos animais ou ferimentos nos funcionários.

3.3.3. Segurança e identificação: A empresa deve garantir a segurança dos animais durante o processo de captura, minimizando o estresse e o risco de lesões. Será exigida a aplicação de microchip para identificação individual dos animais recolhidos, como medida de controle e prevenção de reincidências.

3.3.4. Transporte: A empresa deve disponibilizar o transporte dos animais que, deverá ser realizado em veículos apropriados, devidamente higienizados, ventilados e equipados de modo a garantir a segurança e o bem-estar durante todo o deslocamento, evitando superlotação, maus-tratos ou qualquer situação que possa causar estresse, sofrimento ou ferimentos aos animais. A destinação final, será executada pela empresa, mediante justificativa técnica e legal, em acordo com a Administração, visando sempre o bem estar animal e o interesse público.

3.4. Organização e Eficiência

3.4.1. Capacidade técnica e infraestrutura especializada: Empresas especializadas têm os equipamentos, profissionais treinados e experiência para capturar os animais de forma eficaz, sem causar danos aos animais ou à comunidade.

3.4.2. Ações rápidas e eficientes: Quando um animal é identificado como solto nas vias, a atuação de uma empresa de captura pode ser imediata, evitando que o problema persista por mais tempo.

3.4.3. Esse processo de contratação de empresa especializada garante que tanto os animais quanto os envolvidos no processo tenham sua segurança preservada, em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal vigente, cumprindo com todas as exigências legais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Será necessário o seguinte requisito para a contratação:

- ❖ Experiência comprovada em realizar a captura, recolhimento, transporte, armazenamento de animais de médio e grande porte;
- ❖ Capacidade técnica para lidar com diferentes espécies de animais, garantindo a segurança e bem estar dos mesmos durante todo o processo;
- ❖ Disponibilidade de equipe especializada e equipamentos adequados a realização das atividades de captura e transporte dos animais;



- ❖ Cumprimento das normas e legislações vigentes relacionadas ao manejo de animais, garantindo a segurança tanto dos animais quanto da população;
- ❖ Apresentação de um plano de trabalho detalhado, contemplando todas as etapas do processo, desde a captura até o armazenamento dos animais;
- ❖ Capacidade de atender prontamente a chamados de emergência para captura de animais soltos em vias públicas, garantindo uma resposta rápida e eficaz para evitar possíveis acidentes.

4.1. DEVERÁ disponibilizar de no mínimo 1 (um) veículo apropriado e adequado com rampa ou similar (reboque ou semirreboque, veículo boiadeiro ou similar), para o embarque e desembarque dos animais em qualquer local, arcando com todas as despesas necessárias como licenciamento, combustíveis e manutenção e conservação, bem como motorista devidamente habilitado na categoria, e tudo mais que for necessário para a perfeita execução dos serviços;

4.2. DEVERÁ disponibilizar de área apropriada para guarda desses animais apreendidos, com área coberta para manejo (curral/baias), e área de pasto ou pista de atividades, devendo dispor de área apropriada para isolamento de animais;

4.3. DEVERÁ realizar exames, feito por médico-veterinário regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV, devidamente habilitado para os exames pretendidos), o qual será responsável pela emissão, bem como pela elaboração de relatórios técnicos, devidamente atestados. Esses relatórios deverão atestar as condições de saúde, bem-estar, estado nutricional, eventuais sinais de maus-tratos, situação de risco à saúde pública ou à segurança da coletividade, além de indicar as medidas necessárias ao manejo adequado, guarda provisória, tratamento, transporte e destinação dos animais apreendidos, em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal vigente, será exigido exames no ato da apreensão do animal, sendo esses:

4.3.1. Exame de Anemia Infecciosa Equina (AIE)

Espécies: Equinos, muares e asininos.

Finalidade: Detectar presença do vírus da AIE, doença viral crônica e incurável.

Fundamento Legal: Instrução Normativa MAPA nº 45 de 15 de junho de 2004.

4.3.2. Exame de Tuberculose Bovina (Teste da Tuberculinização) e Brucelose

Espécies: Bovinos e bubalinos.

Finalidade: Diagnóstico da tuberculose e brucelose bovina, de caráter zoonótico.

Fundamento Legal: Instrução Normativa MAPA nº 10/2017.

4.3.3. Vacinação Antirrábica (Raiva Animal)

Todos os animais apreendidos.

Finalidade: Prevenir e controlar a raiva, zoonose de alta letalidade.

Fundamento Legal: Portaria MAPA nº 19/2002 e programas estaduais de controle da raiva dos herbívoros.

4.3.4. A execução dos exames acima descritos é fundamental para a prevenção de surtos zoonóticos, controle sanitário da fauna sob tutela municipal e atendimento às normas de biossegurança vigentes. A adoção dessas



medidas visa ainda garantir a responsabilidade técnica e legal do Município perante o transporte, abrigo, resgate e destinação de animais de médio e grande porte.

4.3.5. O referido relatório (vide anexos) deverá descrever detalhadamente as condições observadas, apontar as providências necessárias para tratamento ou destinação adequada e embasar as medidas subsequentes adotadas pela Contratada para saneamento das medidas necessárias, assegurando a conformidade com a legislação federal e estadual aplicável.

4.4. DEVERÁ incluir aplicação de microchip para identificação individual dos animais recolhidos, no momento de liberação para o responsável, como medida de controle e prevenção de reincidências, sempre no ato da entrega. O microchip deverá atender às especificações técnicas e normas vigentes, possuir número de identificação único e ser compatível com os sistemas de leitura universal (ISO 11784/11785). A aplicação deverá ser realizada por profissional médico-veterinário ou sob sua supervisão direta, garantindo a assepsia do procedimento e o bem-estar do animal. A aplicação deverá ser feita na no lado esquerdo do pescoço, no terço médio, ao longo do ligamento nugal.

4.5. Após a implantação, os dados referentes ao animal, incluindo número do microchip, características físicas, sexo, local de captura e situação clínica, deverão ser devidamente registrados em banco de dados ou sistema de controle indicado pela Contratada, assegurando a rastreabilidade e o acompanhamento dos animais identificados, a serem repassados para a Secretaria responsável pelo acompanhamento, indicados pela Administração.

4.6. Considerando a natureza do objeto, que envolve a apreensão, manejo, transporte, guarda e alimentação de animais de grande porte em situações de risco ou abandono em área urbana, torna-se indispensável que a empresa contratada possua residência/ unidade de atuação e/ou equipe técnica responsável estabelecida no Município de Juquiá.

4.7. A exigência se justifica por:

4.7.1. **Pronta-resposta às ocorrências:** Os animais de grande porte, soltos em via pública, oferecem riscos imediatos à segurança viária, à integridade física de pedestres, motoristas e dos próprios animais. Assim, é necessária a atuação célere e ininterrupta, o que só é viável com a contratação de empresa com estrutura disponível no próprio município.

4.7.2. **Sazonalidade e imprevisibilidade:** A ocorrência de apreensão de animais não obedece a um calendário fixo, surgindo de forma eventual e emergencial, exigindo disponibilidade local e logística simplificada.

4.7.3. **Redução de custos e eficiência administrativa:** A manutenção de sede/filial operacional no município garante diminuição de deslocamentos, maior agilidade no atendimento e menor custo ao erário, evitando despesas adicionais com transporte e diárias de equipes externas.

4.7.4. **Integração com órgãos locais:** A atuação integrada com a Polícia Militar, Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Trânsito, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Unidade de Vigilância de Zoonoses e demais setores da Prefeitura exige presença física próxima, a fim de agilizar a comunicação e a execução dos serviços.

4.8. Dessa forma, a exigência de que a Contratada deverá possuir unidade de atuação no Município não configura restrição indevida à competitividade, mas sim requisito essencial para a adequada execução contratual, tendo em vista a sazonalidade e a imprevisibilidade das ocorrências. Tal medida visa resguardar o interesse público, garantir maior agilidade nas respostas, promover a segurança da coletividade e observar os princípios da Administração Pública.



4.9. Sendo assim, a Contratada deverá indicar o endereço da unidade operacional, bem como da equipe responsável pela execução dos serviços, demonstrando a efetiva capacidade de atendimento dentro dos limites territoriais do Município, é necessária a comprovação da posse/propriedade ou contrato de locação pela Contratada.

4.10. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica que comprove a prestação de serviços similares ao objeto.

4.11. Demais documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista.

4.12. A assinatura da Contrata fica condicionada à apresentação dos documentos:

a) CNH do condutor do caminhão;

b) Comprovação de posse, locação ou propriedade do caminhão ou veículo a ser utilizado na prestação dos serviços;

c) Comprovação de posse, propriedade, inclusive contrato de locação vigente de local em que se dará a prestação dos serviços.

d) Caso seja apresentado contrato de locação, o mesmo deverá estar vigente durante todo o período da prestação de serviços.

e) Documentação pessoal de toda a equipe técnica que será disponibilizada para execução dos serviços.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.13. O prestador de serviço deverá executar as atividades durante 24 (vinte e quatro) horas os 7 (sete) dias da semana, e deverá sempre que solicitado, comparecer ao local onde os serviços serão realizados, imediatamente, para pronta resposta as ocorrências.

4.13.1. O tempo de deslocamento até o local da realização dos serviços solicitados deverá ser imediato, após a solicitação, exceto quando se tratarem de ocorrências nos distritos, onde o prazo será estendido, mediante contato direto com a Administração.

4.13.2. Casos específicos referentes ao exposto anteriormente, serão analisados pela Administração, mediante justificativa formal/protocolo, que justifique o atraso pelo prestador de serviço.

4.13.3. O serviço deverá englobar o objeto com o mínimo de estresse possível para os animais, garantindo ainda que a operação seja realizada dentro dos padrões técnicos exigidos para esse tipo de serviço.

4.13.4. A Contratada deverá disponibilizar de número telefônico ou canal de atendimento 24 (vinte e quatro) horas disponível, para solicitação dos serviços e para de prontidão atender as demandas do objeto contratado;

4.13.5. Após a solicitação, a Contratada deverá disponibilizar o profissional que ficará responsável se deslocar até o local da ocorrência, utilizando o caminhão com carroceria do tipo boiadeiro ou veículo apropriado para o transporte de animais (carreta, reboque ou o que for necessário e/ou atendam a necessidade exigida), de forma hábil, a fim de minimizar possíveis riscos ao animal e aos munícipes, realizando a captura e recolhimento do animal utilizando equipamentos próprios e técnicas que garantam a integridade física do animal, onde após a captura deverá carregá-lo e transportá-lo até o local, indicado em contrato, para que o animal possa ser disposto de alimentação e cuidados necessários, correspondentes ao objeto do contrato.

4.13.6. Para fins de atendimento aos critérios estabelecidos, a empresa deverá se deslocar imediatamente ao local, assegurando resposta rápida em situações emergenciais e pronto atendimento a ocorrências. Além disso, a



disponibilidade contribui para a melhor gestão e fiscalização das atividades, permitindo o acompanhamento mais efetivo das condições avençadas em contrato.

4.13.7. Quando o proprietário do animal se dirigir até a Administração para resgatar seu animal, informará a Contratada para retirar o animal da área se está alojado (após a verificação e pagamento de taxas e demais obrigações), para uma área de transbordo definida pela Contratante, após o pagamento e a verificação das taxas e impostos devidos, conforme estabelecido na Lei Municipal nº. 1152/2025 e Decreto nº. 2253/2025 e demais atualizações. A Contratada realizará o transporte e a entrega do animal em condições adequadas de segurança, higiene e bem-estar, observando as normas técnicas pertinentes e a legislação vigente sobre o manejo e transporte de animais.

4.13.8. Durante todo o processo de retirada e devolução, a Contratada deverá manter registro atualizado contendo informações sobre o animal, data e hora do resgate (vide anexos), identificação do proprietário e comprovantes de recolhimento das taxas. Tais registros deverão ser disponibilizados à Administração sempre que solicitados, para fins de controle, fiscalização e transparência do serviço prestado.

4.13.9. A responsabilidade pela integridade física do animal permanecerá sob a Contratada até o momento da efetiva entrega ao proprietário, mediante assinatura de termo de devolução que comprove a restituição do animal em condições adequadas.

4.13.10. Após a apreensão do animal e término de seu período de estadia no local indicado pela Contratada, não ocorrendo a retirada do animal por parte do proprietário do animal, o mesmo permanecerá com a Contratada por até 180 (dias) e terá a destinação conforme estabelecido nos termos do Artigo 9, incisos I ao V, da Lei Municipal n.º 1152, de 15 de agosto de 2025.

4.14. Dos Locais

4.14.1. O objeto deste processo deverá ser executado em diversos locais, todos no âmbito do Município de Juquiá, incluindo os distritos, bairros, ruas e avenidas, inclusive áreas abertas, praças e afins, sendo observada o direito à propriedade privada, correspondentes a zona urbana do Município.

4.14.2. A prestação de serviços ocorrerá sempre que solicitado pelas Secretarias responsáveis, incluindo encarregado, fiscal técnico, gestor do contrato, ou por funcionário municipal devidamente designado pela Prefeitura, pelos canais de atendimento indicados pela Contratada.

4.15. Do local de guarda

4.15.1. A Contratada deverá indicar previamente à Administração o local destinado ao alojamento e guarda dos animais, informando endereço completo, condições estruturais e sanitárias do espaço, bem como a capacidade máxima de acomodação.

4.15.2. O local deverá atender aos requisitos mínimos de segurança, higiene, ventilação, espaço e bem-estar animal, conforme as normas técnicas aplicáveis e as exigências dos órgãos dos órgãos ambientais e defesa agropecuária.

4.15.3. Qualquer alteração de endereço ou das condições do local deverá ser comunicada e aprovada pela Contratante, mediante apresentação de laudo técnico ou documentação que comprove a adequação das novas instalações.

4.15.4. A Contratada se responsabilizará pela manutenção, limpeza, alimentação, segurança e controle sanitário dos animais durante o período de permanência, até sua destinação final, conforme diretrizes e prazos estabelecidos pela Administração.



4.15.5. Deverá observar medidas para uso racional de água e energia, podendo incluir, sempre que possível captação de água da chuva para limpeza e bebedouros para os animais. O local de guarda deverá possuir drenagem adequada, e se necessário, cobertura vegetal ou pisos drenantes para evitar erosão e compactação excessiva.

4.16. **Do Prazo de Início de execução do contrato**

4.16.1. O tempo máximo para a Contratada iniciar a prestação de serviços, será de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e/ou ordem de início de serviço.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1.1. Emitir autorização do fornecimento/ordem de início de serviço;

5.1.2. Fiscalizar a execução do contrato, assegurando que a Contratada desempenhe corretamente as atividades de captura, manejo, transporte, guarda e alimentação dos animais apreendidos, de acordo com as normas e legislações aplicáveis;

5.1.3. Acompanhar e supervisionar o cumprimento das condições estabelecidas, registrando ocorrências e determinando as providências necessárias em caso de descumprimento contratual;

5.1.4. Fornecer informações e comunicações oficiais referentes às apreensões realizadas, indicando local, quantidade, espécie e demais dados relevantes para a execução do serviço.

5.1.5. Designar servidor responsável (Fiscais), que atuarão como representante da Administração junto à Contratada, para acompanhamento, controle, conferência de relatórios e validação dos serviços prestados;

5.1.6. Homologar e autorizar os pagamentos devidos, observados os prazos legais e condicionados à efetiva execução dos serviços, devidamente atestada pela fiscalização;

5.1.7. Adotar medidas administrativas e legais cabíveis em caso de abandono, maus-tratos ou reincidência dos responsáveis pelos animais apreendidos, articulando-se com os órgãos de segurança, ambientais e meio ambiente, quando necessário;

5.1.8. Garantir o apoio institucional necessário, como fornecimento de ordens formais de serviço, aplicação de notificações aos proprietários, abertura de processos administrativos e demais atos correlatos à fiscalização;

5.1.9. Autorizar a retirada dos animais após a comprovação da propriedade ou posse e o cumprimento de todas as exigências legais, pagamento de taxas e o que mais incidir sobre o objeto;

5.1.10. Acionar a Contratada para a retirada, que deverá ocorrer em local, data e horário previamente definidos pela Administração, ficando o proprietário, devidamente acionado e alertado sobre os encargos e obrigações exigidos para a retirada do animal apreendido, sendo obrigado a observar todas as normas de bem-estar animal e demais exigências legais, sob pena de novas sanções e reincidência em apreensão.

5.1.11. Acionar o proprietário ou responsável pelo animal apreendido, estando o mesmo sujeito às seguintes penalidades, conforme consta em Lei municipal 1152 de 15 de agosto de 2025.

5.2. **DA CONTRATADA**



- 5.2.1. Executar o objeto em conformidade com a descrição técnica contida neste Termo;
- 5.2.2. Executar a execução do objeto ocorrendo em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis a partir da assinatura do contrato; sendo observadas as seguintes exigências:
- 5.2.3. Dispor de veículo apropriado para transporte dos animais capturados, sendo necessário arcar com todos os custos relacionados, tais quais:
- 5.2.4. Manutenção geral do veículo;
- 5.2.5. Despesas com motorista/condutor, responsável pela apreensão dos animais e combustível;
- 5.2.6. Impostos e encargos necessários para a regularização, atendimento as normas e resoluções,
- 5.2.7. Demais despesas necessárias para o pleno funcionamento do veículo, para a correta execução do objeto contratado.
- 5.2.8. Deverá ser disposto aos animais capturados alimentação adequada e apropriada. O espaço deve passar por higienização regular e contar com manejo adequado dos alimentos e água, evitando acúmulo de resíduos orgânicos que possam atrair vetores.
- 5.2.9. Deverá ser gerado mensalmente relatório circunstanciado da permanência do animal, em dias, que acompanhará a nota fiscal, sendo condição indispensável para e obrigatória para a execução do contrato, bem como para seu pagamento.
- 5.2.10. Cabe à CONTRATADA realizar a avaliação clínica, ou “resenha” (vide anexo IV) do animal apreendido. A resenha pode ser considerada como um checklist do animal, onde veterinário pode descrever os detalhes (raça, espécie, pelagem, sexo, data e horário, nome do proprietário e CPF (quando houver) que caracterizam a identificação do mesmo. Deve ainda efetuar registro fotográfico (lateral direita, lateral esquerda, frontal e posterior) dos animais na via, apreendidos e no local de guarda, devendo este ser encaminhado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis à Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Trânsito, via relatório.
- 5.2.11. A Contratada deverá cumprir tudo o que diz respeito às normas de segurança do trabalho, obedecendo as normas regulamentadoras, leis complementares, portarias, decretos e também as convenções da Organização Internacional do Trabalho, ratificadas pelo Brasil, inclusive no que se refere à contratação de profissional para o acompanhamento e o cumprimento das normas; devendo integrar no preço final de sua proposta o exigido nas respectivas Convenções e Legislações, com relação a uniformes e EPIs e demais disposições.
- 5.2.12. Correrão por conta da Contratada todos os encargos sociais e tributários que, eventualmente, recaiam sobre o fornecimento objeto deste contrato, eximindo-se a Contratada de qualquer responsabilidade pelo seu pagamento;
- 5.2.13. Os serviços especializados de captura, transporte e alojamento dos animais que justificadamente não possam ser realizados no prazo acima estabelecido deverão ter prazo de execução definido em comum acordo com o órgão de fiscalização.
- 5.2.14. O animal apreendido receberá tratamento digno e adequado desde o ato da apreensão e durante todo o período de sua permanência no alojamento.
- 5.2.15. Os animais deverão ser recolhidos devidamente para área indicada da Contratada, ficando sob responsabilidade desta, até que seja lhes seja dada a destinação final, de comum acordo com a Contratada.
- 5.2.16. A Contratada será responsabilizada civil, técnica e criminalmente por todo e qualquer prejuízo que vier a ser causado a Administração, ao Município ou a terceiros, se obrigando a garantir a total qualidade dos seus serviços até o término deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela Contratante. Fica a Contratada obrigada a manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade



com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.17. Todas as prestações de serviços já redigidos neste termo de Referência e suas peculiaridades serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

5.2.18. A destinação final dos animais apreendidos será executada pela Contratada, somente mediante determinação formal da Administração Pública, permanecendo a Administração como única detentora da posse e da propriedade dos animais não reclamados dentro do prazo previsto na legislação específica (anexa). A destinação somente será efetivada após a conclusão do procedimento administrativo próprio, conduzido pela Secretaria responsável, observando-se as normas sanitárias, ambientais e de bem-estar animal vigentes.

5.2.19. É vedado à Contratada realizar venda, doação, abate, utilização econômica, transferência de propriedade ou qualquer destinação não prevista, sem ato formal da Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicar, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei (Lei nº 14.133/2021, art. 7º, caput).

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.3. Os fiscais do contrato, indicados ao final deste Termo de Referência, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.4. Os fiscais do contrato informarão a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.5. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução, total ou parcial ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.6. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.7. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.8. A aferição dos serviços será realizada conforme os critérios estabelecidos na descrição do objeto, sob acompanhamento e controle de profissional designado pela Administração para a fiscalização da execução contratual. Esse acompanhamento será conduzido em conjunto com as Secretarias envolvidas e seus respectivos setores técnicos, garantindo o cumprimento integral das especificações, prazos e condições estabelecidas no instrumento contratual, de forma a assegurar a plena execução do objeto e a observância dos princípios da eficiência e da economicidade na gestão pública.

6.9. Fiscalização do Contrato



6.10. BRUNA DUARTE MACHADO;

6.11. CARLOS SEIE TOME;

6.11.1. Atuará em conjunto com o gestor e fiscais, acompanhando aspectos técnicos, como qualidade dos serviços prestados, conformidade com as especificações e orientações técnicas, atentando-se para as obrigações a quanto ao cumprimento das condições avençadas em contrato, e atuando em medidas administrativas e legais cabíveis, articulando com os órgãos de segurança, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, Trânsito e Obras, diretamente ligados a este processo.

6.12. **Fiscalização Técnica do Contrato**

6.12.1. FERNANDA PATRICIO NARDINO

6.12.2. Atuará em conjunto com o gestor, acompanhando aspectos técnicos dos serviços prestados, conformidade com as especificações e orientações técnicas e veterinárias, atentando-se para as obrigações a quanto ao cumprimento das condições avençadas em contrato, e atuando em medidas administrativas e legais cabíveis, articulando com os órgãos de segurança.

6.13. **Gestão do Contrato**

6.13.1. ADEMILSON DIZ

6.13.2. Responsável por acompanhar a execução administrativa do contrato, controlar prazos, verificar entregas, registrar ocorrências, solicitar providências e propor a aplicação de sanções, quando necessário.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada e com base nos indicadores estabelecidos, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1. Não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Realização dos serviços conforme plano solicitado no ETP e TR;

7.2.2. Os fiscais e o gestor do contrato realizarão o recebimento do objeto do contrato, acompanhado de Nota Fiscal ou Fatura, mediante relatório circunstanciado da permanência do animal, bem como relatório, que comprove o cumprimento das exigências deste termo de referência;

7.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sempre juízo da aplicação das penalidades;

7.2.4. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



7.3. O recebimento do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. **Do Pagamento**

7.4.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal, quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do serviço do contrato.

7.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da NF, observando a ordem cronológica estabelecida e após a aceitação de devidamente atestada.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

8.1. Durante a fase de elaboração deste Termo de Referência, foi realizada pesquisa de preços com o objetivo de estimar os custos para contratação, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021 (art. 23, §1º). A pesquisa considerou cotações junto a fornecedores, portais eletrônicos de compras públicas e bases de dados oficiais, verificou-se que os valores obtidos ficaram acima das expectativas iniciais, o que pode ser atribuído a uma ou mais das seguintes razões:

8.2. **Oscilação de mercado e inflação setorial:**

8.2.1. Houve variação significativa nos preços praticados em virtude de aumento nos custos de insumos, transporte, mão de obra ou outros fatores econômicos recentes (a pesquisa contemplou itens que serão utilizados para esta contratação, no *in caso* implementação de microchip para rastreio dos animais);

8.3. **Baixa competitividade/localização:**

8.3.1. Em algumas regiões ou para determinados itens/serviços, há menor oferta de fornecedores, o que pode gerar preços mais elevados;

8.4. **Especificações técnicas mais rigorosas:**

8.4.1. Os preços cotados consideram produtos/serviços com maior ou menor quantidade, conforme exigido pelo objeto da contratação, o que pode justificar o valor superior.

8.5. Importa destacar que está Secretaria, realizou ampla busca por valores de mercado, conforme preconiza a legislação vigente, e a média apurada reflete as condições reais encontradas no momento da pesquisa. Por se tratar de um serviço, com características previamente mencionadas específicas (área de pasto, disponibilização de veículo), não são encontradas facilmente em pesquisas e orçamentos com interessados para o serviço proposto neste TR.

8.6. Ainda assim, será adotada a modalidade que mais seja adequada para esta contratação, de acordo com análise e com critérios que assegurem a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, possibilitando eventual redução dos preços no processo competitivo.

8.7. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade **Pregão Presencial**, do **tipo menor preço global**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.



8.8. Justifica-se o Pregão Presencial conforme o art. 6º da referida lei, que dispõe:

a) “Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...) XLI – pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.”

b) O pregão continua reservado para bens e serviços comuns, mas agora com o comando legal de obrigatoriedade. Ou seja, a Nova Lei de Licitações traz, ao nível da legalidade, o que no regime anterior era imposto por regulamentos.

c) No regime da Lei nº 14.133/2021, o próprio conceito de pregão já indica que se trata de modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns (art. 6º, XLI). Isso significa que, detectado o cabimento da modalidade em estudo, o seu uso é obrigatório.

d) Conforme o § 2º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações serão realizadas “preferencialmente” sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada.

e) Já o art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe:

f) “Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I – do requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

II – da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

III – das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.”

g) No caso do Município de Juquiá, a opção pela modalidade Pregão na forma Presencial se justifica pela necessidade de maior celeridade na contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade.

h) Entre as alegações mais comuns para a utilização do pregão presencial, destaca-se que esta forma inibe a apresentação de propostas insustentáveis, que poderiam atrasar o procedimento eletrônico e aumentar seus custos.

i) Para municípios de pequeno porte, como Juquiá, há diversas vantagens na adoção da forma presencial, tais como:

- possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão;
- facilidade na negociação de preços;
- verificação direta das condições de habilitação e execução das propostas;
- aquisição de bens e serviços com melhor adequação técnica e qualidade.

j) A opção pelo Pregão Presencial decorre, ainda, da prerrogativa prevista no art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021, que concede aos municípios com até 20.000 habitantes o prazo de 6 (seis) anos, contados da publicação da lei (01/04/2021), para atendimento das obrigações relativas à forma eletrônica.

k) A escolha pela modalidade presencial não altera o resultado do certame. Pelo contrário, tende a gerar maior competitividade e redução de preços, pela interação direta entre o pregoeiro e os licitantes.

l) Permite, ainda, esclarecimentos imediatos durante a sessão, promoção de diligências, verificação instantânea da habilitação, manifestação de recursos e celeridade processual, visto que, em regra, as decisões ocorrem durante a própria sessão pública.

m) A adoção da forma presencial também fortalece o desenvolvimento de empresas regionais, sem prejuízo à competitividade, uma vez que os editais são amplamente divulgados, garantindo ampla participação.

n) Dessa forma, a modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa à contratação pretendida, por conciliar celeridade, transparência, competitividade e vantajosidade, conforme o disposto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021.



- o) Ao promover o Pregão Presencial, a Administração assegura aos interessados a oportunidade de discutir, sanar dúvidas e esclarecer pontos relevantes durante a sessão, algo que muitas vezes não é possível em sessões eletrônicas.

9. ESTIMATIVA DE VALORES

9.1. Estimam-se, totalizando em memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que o valor médio final para o período de 12 (doze) meses é de R\$ 121.140,00 (cento e vinte e um mil e cento e quarenta reais), de acordo com pesquisa realizada em Banco de Preços, em conformidade com a Instrução Normativa n.º 65 de 07 de julho de 2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

10.1.1. Ficha: 96 – Outros Serviços de Terceiros – DR 01.110.0000.

11. ANEXOS

11.1. São anexos em compatibilidade com o Termo de Referência (TR), conforme os documentos que tratam do assunto:

- 11.1.1. Modelo I - Termo de Responsabilidade de retirada de animal apreendido;
- 11.1.2. Modelo II – Modelo de Ficha de Avaliação (no momento da Apreensão);
- 11.1.3. Modelo III – Modelo de Avaliação Clínica;
- 11.1.4. Modelo IV – Modelo de Procedimentos Realizados;
- 11.1.5. Modelo V – Modelo de Procedimentos de Rotina;



MODELO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E TRÂNSITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE RETIRADA DE ANIMAL APREENDIDO

Eu, _____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, declaro, para os devidos fins, que retiro junto à Prefeitura Municipal de Juquiá/Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Trânsito, o(s) seguinte(s) animal(is):

Espécie: _____

Quantidade: _____

Identificação/marca/raça: _____

N.ºMicrochip: _____

O referido animal foi apreendido em virtude de _____ (descrever motivo: permanência em via pública, risco ao tráfego, maus-tratos etc.), e se encontrava sob guarda da Prefeitura Municipal/empresa contratada. Assumo, a partir desta data, a plena responsabilidade civil, administrativa e criminal pelo animal, comprometendo-me a:

- Zelar pela guarda e bem-estar do animal, mantendo-o em local adequado e seguro;
- Impedir que o animal volte a permanecer solto em vias públicas ou em locais que ofereçam risco à coletividade, ao tráfego e a terceiros;
- Cumprir integralmente a legislação vigente, especialmente no que se refere ao bem-estar e à responsabilidade do proprietário/possuidor sobre o animal;
- Arcar com todas as despesas decorrentes da apreensão, transporte, guarda e manutenção do animal, conforme regulamentação municipal.

Declaro estar ciente de que o descumprimento das condições acima implicará em novas apreensões, aplicação de multas e demais penalidades previstas em lei, sem prejuízo de outras responsabilidades legais. Por ser expressão da verdade, firmo o presente termo.

Juquiá, ____ de _____ de 202__.

Nome:

Assinatura do Responsável _____

Nome:

Assinatura do Servidor Responsável pela Entrega _____



MODELO II

Modelo de fichas a serem adotadas no serviço de captura e guarda de animais de médio e grande porte

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ANIMAL NO MOMENTO DA APREENSÃO

Nº da Ocorrência: _____ Data: ____/____/____ Hora: _____

Local da Apreensão:

Solicitante:

Responsável pela Captura:

Tipo de Animal: () Equídeo () Bovídeo () Ovino () Caprino () Suíno

Quantidade: _____

Identificação do Animal (caso possível): _____

Espécie: _____

Sexo: () M () F Idade aproximada: _____

Castrado () Sim () Não

Pelagem/Cor predominante: _____

Marcação / Brincos / Microchip: _____

Estado corporal: () Bom () Regular () Ruim

Condição geral: Calmo Agressivo Ferido Prostrado Gestante

Observações:

Assinatura do responsável pela captura:

Assinatura de testemunha (se houver):

MODELO III

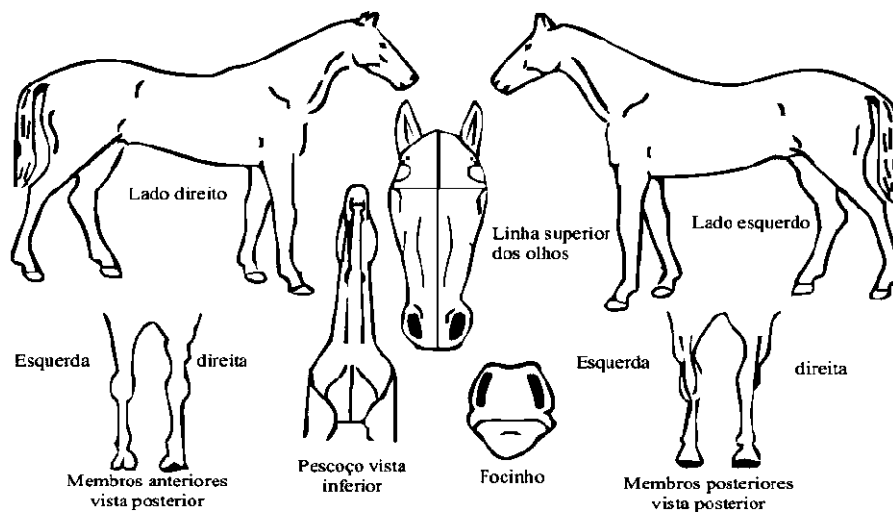
Modelo de fichas a serem adotadas no serviço de captura e guarda de animais de médio e grande porte

FICHA DE AVALIAÇÃO CLÍNICA DO ANIMAL (DEVE SER FEITA UMA POR ESPÉCIE (EQUINA, BOVINA, OVINA, CAPRINA E SUÍNA))

Nº de Registro Interno: _____ Data: ____/____/_____
 Espécie: _____ Sexo: () M () F Idade aproximada: _____
 Avaliação Clínica Inicial:
 Temperatura: _____ °C FC: _____ bpm FR: _____ mpm
 Mucosas: () Rosadas () Pálidas () Cianóticas () Ictéricas
 Hidratação: () Normal () Leve desidratação () Grave desidratação
 Linfonodos: () Normais () Aumentados
 Ferimentos visíveis:

Condição corporal: () Boa () Regular () Ruim
 Parasitas externos: () Sim () Não
 Sinais clínicos sugestivos de doenças infecciosas/zoonóticas: Sim Não

Conduta: Observação Tratamento Isolamento Eutanásia (quando indicado)
 Observações: _____





MODELO IV

Modelo de fichas a serem adotadas no serviço de captura e guarda de animais de médio e grande porte

FICHA DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Nº de Registro Interno: _____ Data: ____/____/____

Data	Procedimento	Material/ Medicação Utilizada	Dose/ Quantidade	Responsável	Observações
------	--------------	-------------------------------------	---------------------	-------------	-------------

Observações Gerais:

Assinatura do Responsável Técnico:



MODELO V

Modelo de fichas a serem adotadas no serviço de captura e guarda de animais de médio e grande porte

FICHA DE ATENDIMENTO DE ROTINA (ALIMENTAÇÃO, HIGIENE E MANEJO)

Nº de Registro Interno: _____ Espécie: _____

Data	Alimentação Fornecida	Quantidade	Água	Higienização do Local	Observações /Comportament o	Respo nsável
------	--------------------------	------------	------	--------------------------	-----------------------------------	-----------------

Observações adicionais:

Assinatura do Responsável pelo Manejo: _____



ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2.025, na cidade de Juquiá, Estado de São Paulo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ**, pessoa jurídica de direito público sito à rua Mohamed Said Hedjazi, nº 42, Bairro Floresta, Juquiá/SP, inscrita no CNPJ/MF 46.585.964/0001-40, representada neste ato pelo _____, conforme Decreto municipal nº 2229/2025, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, sito à _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominado **CONTRATADA**; para proceder nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Portaria Municipal nº 10/2024 de 03 de janeiro de 2024 em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 003/2026, Processo Administrativo nº 030/2026, **RESOLVE** celebrar o presente contrato para a aquisição dos serviços conforme consta no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte integrante desta, mediante asseguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO de empresa para prestação de serviço de apreensão, captura, transporte, manejo, guarda temporária de animais de médio e grande porte (caprinos, ovinos, suíno, bubalinos, bovinos e equídeos) em situação de risco em vias públicas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QNTD.	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
2					
3					
...					

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

2.1 Pela integral e satisfatória, prestação de serviços, conforme indicado na cláusula primeira acima, a CONTRATADA receberá a importância mensal de **R\$** _____ (_____), perfazendo o valor total de **R\$** _____ (_____).

2.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



2.2. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O período de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da _____, podendo ser prorrogado sucessivamente na forma prevista do Art. 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2.021.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.3. A Administração deverá atestar no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem de sua manutenção.

3.4. A Administração poderá, na proximidade da data de aniversário do contrato, decidir pela extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, por despacho fundamentado, com ciência da Contratada.

3.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços para a Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Trânsito após a assinatura do Contrato, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos e condições constantes do Termo de Referência.

4.2. Para a execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais habilitados, que garantam a exatidão e a qualidade dos serviços realizados sob pena da aplicação das sanções contratuais previstas, pelo não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais.

4.3. A CONTRATADA obriga-se a manter os compromissos assumidos pela apresentação de sua Proposta Comercial e do Termo de Referência, com relação a prestação de serviços objeto do presente contrato sob a fiscalização e orientação da Secretaria de Planejamento, Obras e Trânsito do CONTRATANTE.

4.4. Ficará a cargo da CONTRATADA as despesas decorrentes das prestações dos serviços do objeto da licitação

4.5. Demais informações quanto ao regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5.1.1. Quando não previstas conforme item 5.1, não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.4. O reajuste será realizado por apostilamento.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.6. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
 - 8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 2) conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “c” e “h” a “l” do subitem 10.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” e “g” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

(5) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% (meio por cento) a



15% (quinze por cento) do valor do contrato, ressalvadas aquelas infrações que, mediante justificativa formal, sejam aceitas pela Administração.

a. As infrações ressalvadas deverão estar devidamente registrada em instrumento de fiscalização e nos relatórios de acompanhamento de execução contratual, de modo a fundamentar tecnicamente a decisão administrativa de não aplicar a penalidade.

b. A infração ressalvada ainda poderá, a critério da Administração, ser objeto de sanção mais branda, como advertência formal, nos termos da legislação vigente.

c. Infrações reincidentes não poderão ser objeto de ressalva.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o



contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.1. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas com recursos previstos no orçamento vigente, conforme a seguinte classificação:

02.05.01 15.452.0015.2034 – Secretaria Municipal de Planej, Obras e Trânsito – Serviços Urbanos – Manutenção do Trânsito – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



15. CLAUSULA DECIMA QUINTA – DAS REGRAS APLICÁVEIS À PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. **Conformidade.** As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob prejuízo da Parte infratora responderá pelas perdas e danos que comprovadamente der causa.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Juquiá, excluído qualquer outro, ainda que privilegiado, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Juquiá, ____ de _____ de 2.025

Pela CONTRATANTE:

Nome/Secretários

Pelo FORNECEDOR:

(Nome da empresa vencedora da licitação)
(Responsável pela empresa vencedora da licitação)

TESTEMUNHAS:

Nome Completo

Nome Completo

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA



A N E X O III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUQUIÁ/SP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APREENSÃO, CAPTURA, TRANSPORTE, MANEJO, GUARDA TEMPORÁRIA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, SUÍNO, BUBALINOS, BOVINOS E EQUÍDEOS) EM SITUAÇÃO DE RISCO EM VIAS PÚBLICAS.

A empresa _____, estabelecida à rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, telefone nº (____) _____, e-mail: _____, se propõe a executar os serviços abaixo relacionados, a serem executados no Município de Juquiá, São Paulo, nos preços e condições seguintes:

COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO					
ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA EM REAIS E POR EXTENSO					

COTA EXCLUSIVA PARA “MCROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE”					
ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
2					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA EM REAIS E POR EXTENSO					

- O Prazo de validade da presente proposta será de ____ (____) dias, contados da data da abertura dos envelopes.
- Pela presente proposta, aceitamos as condições de pagamento, nos termos dispostos na cláusula “19” do edital.
- Eu, _____ (nome completo e qualificação do representante legal da empresa), RG nº _____, CPF/MF n.º _____ (ou cargo / função na empresa), DECLARO pela apresentação da presente proposta, sob as penalidades legais, em nome da empresa (razão social da empresa, CNPJ/MF n.º _____, Inscrição Estadual nº _____ e endereço da sede), pela apresentação da presente proposta, que nos preços dispostos acima, encontram-se incluídos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos, bem como quaisquer outras despesas.

Local e data _____

Assinatura do Representante
Razão Social da Empresa
Nome Completo do Representante da Empresa



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ

PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 030/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APREENSÃO, CAPTURA, TRANSPORTE, MANEJO, GUARDA TEMPORÁRIA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, SUÍNO, BUBALINOS, BOVINOS E EQUÍDEOS) EM SITUAÇÃO DE RISCO EM VIAS PÚBLICAS.

A _____ (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/M sob n.º _____ por seu representante legal _____ (nome e qualificação do representante legal), vem pela presente, apresentar a V. Senhoria, nossa documentação referente à licitação em epígrafe e DECLARAMOS que atendemos todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação.

Local, ____ de _____ de 2.026

Representante legal
(com carimbo da Empresa)

(DEVE SER EMITIDO EM PAPEL QUE CONTENHA A DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE)



ANEXO V

MODELO DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ

PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 030/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APREENSÃO, CAPTURA, TRANSPORTE, MANEJO, GUARDA TEMPORÁRIA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, SUÍNO, BUBALINOS, BOVINOS E EQUÍDEOS) EM SITUAÇÃO DE RISCO EM VIAS PÚBLICAS.

A (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ por seu representante legal (nome e qualificação do representante legal – conforme documento ANEXO), credencia como seu representante o Sr. _____, RG. N° _____, CPF/MF n° _____, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, na sessão pública de processamento do Pregão.

(LOCAL E DATA)

(REPRESENTANTE LEGAL)



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ

PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 030/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APREENSÃO, CAPTURA, TRANSPORTE, MANEJO, GUARDA TEMPORÁRIA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, SUÍNO, BUBALINOS, BOVINOS E EQUÍDEOS) EM SITUAÇÃO DE RISCO EM VIAS PÚBLICAS.

A empresa _____ (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ com sede à rua _____ (endereço completo da licitante), por seu representante legal _____ (nome e qualificação do representante legal), para fins de participação no procedimento licitatório e em cumprimento à legislação e regulamentos vigentes, aos quais se submete, DECLARA que:

1. inexistente fato impeditivo quanto à sua habilitação;
2. não foi declarada inidônea pelo Poder Público em nenhuma esfera de Governo, não estando impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
3. encontra-se em situação regular perante o MINISTÉRIO DO TRABALHO, não possuindo no seu quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e disposto no inciso VI do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações;
4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
5. examinou todos os documentos apresentados, bem como as especificações técnicas, tendo tomado conhecimento do grau de dificuldade e complexidade do objeto, bem como está ciente de que não poderá alegar desconhecimento para posterior alteração dos preços propostos, ou modificação nas especificações para o cumprimento integral do objeto da presente licitação;
6. De que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Responsável (is) _____
que assinará (ão) o Termo de Contrato ou documento, com qualificação completa, cargo que ocupa(m), e, se procurador o instrumento de mandato.

CPF/MF N° _____

RG N° _____ Endereço completo _____

Nº conta corrente/pessoa jurídica _____ Agência _____ Banco _____

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração:

Local, ____ de _____ de 2.026

Assinatura do Representante
Razão Social da Empresa
Nome Completo do Representante da Empresa

(DEVE SER EMITIDO EM PAPEL QUE CONTENHA A DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE)



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ

PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 030/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APREENSÃO, CAPTURA, TRANSPORTE, MANEJO, GUARDA TEMPORÁRIA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, SUÍNO, BUBALINOS, BOVINOS E EQUÍDEOS) EM SITUAÇÃO DE RISCO EM VIAS PÚBLICAS.

Declaro, sob penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ/MF nº _____, é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

Local, _____ de _____ de 2.025

Nome e assinatura do representante legal(carimbo da empresa)

Atesto para os devidos fins, que as declarações acima são verdadeiras.

OBS: A DECLARAÇÃO DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DO DOCUMENTO EMITIDO PELA JUNTA COMERCIAL, COMPROVANDO O SEU ENQUADRAMENTO.



ANEXO VIII

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL PELA INTERNET

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APREENSÃO, CAPTURA, TRANSPORTE, MANEJO, GUARDA TEMPORÁRIA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, SUÍNO, BUBALINOS, BOVINOS E EQUÍDEOS) EM SITUAÇÃO DE RISCO EM VIAS PÚBLICAS.

RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ/MF.º: _____

ENDEREÇO: _____

E-MAIL: _____ CIDADE: _____

ESTADO: _____ FONE: (____) _____

REPRESENTANTE PARA CONTATO: _____

DECLARO QUE RETIREI JUNTO A INTERNET, INTEGRALMENTE O EDITAL DA LICITAÇÃO ACIMA IDENTIFICADO.

LOCAL: _____, _____ de _____ 2025

ASSINATURA

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria, preencher o recibo de retirada do edital e remeter à Seção de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Governo e Administração, via e-mail: licitacao@juquia.sp.gov.br.

A não remessa do recibo exime a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ, da responsabilidade da comunicação por meio de e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.



ANEXO IX

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ

CONTRATADA: _____

CONTRATO N°: ____/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APREENSÃO, CAPTURA, TRANSPORTE, MANEJO, GUARDA TEMPORÁRIA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, SUÍNO, BUBALINOS, BOVINOS E EQUÍDEOS) EM SITUAÇÃO DE RISCO EM VIAS PÚBLICAS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Juquiá, ___ de _____ de 2.025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO COMPETENTE:

NOME:

CARGO:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

NOME:

CARGO:

CPF:

ASS: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELO CONTRATANTE:

NOME:
CARGO:
CPF:

ASS: _____

PELA CONTRATADA:

NOME:
CARGO:
CPF:

ASS: _____

ORDENADOR DE DESPESA DA CONTRATANTE:

NOME:
CARGO:
CPF:

ASS: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

NOME:
CARGO:
CPF:

ASS: _____



ANEXO X

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada, estudando detalhadamente a necessidade e identificando a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem como finalidade atender à necessidade pública de garantir a segurança viária e a integridade física dos cidadãos e condutores do Município de Juquiá, prevenindo acidentes de trânsito causados pela presença de animais de médio e grande porte soltos nas vias públicas urbanas e rurais. Sendo necessário atender aos seguintes requisitos:

Segurança Pública

Riscos de acidentes: Animais soltos nas vias públicas, como cavalos e bois, representam um grande risco para o trânsito, podendo causar acidentes graves com veículos e até pedestres.

Saúde e Bem-estar Animal

Riscos à saúde do animal: Animais soltos na cidade estão expostos a riscos de doenças, maus tratos e até mesmo à falta de alimento ou água adequada.

Necessidade de cuidados veterinários: A captura por uma empresa especializada pode garantir que os animais sejam adequadamente tratados, identificados e encaminhados para tratamento, se necessário.

Preservação do Meio Ambiente e Tradições Locais

Proteção ao meio ambiente urbano: Alguns animais, especialmente bovinos e equinos, podem danificar o ambiente urbano, como plantas e áreas públicas. A captura desses animais evita que se tornem um problema ambiental.

Organização e Eficiência

Capacidade técnica e infra-estrutura especializada: Empresas especializadas têm equipamentos, profissionais, são treinados e possuem experiência para capturar os animais de forma eficaz, sem causar danos aos animais ou à comunidade.

Ações rápidas e eficientes: Quando um animal é identificado como solto nas vias, a atuação de uma empresa de captura pode ser imediata, evitando que o problema persista por mais tempo.

Para que seja possível sanar essa questão, a empresa deverá ser capacitada para realizar esse tipo de serviço com segurança, respeito ao bem-estar animal, e em conformidade com a legislação vigente. Com vistas a garantir a segurança pública e a proteção de animais que possam estar em risco ao circularem de forma inadequada em áreas urbanas ou rurais da cidade. O serviço deverá englobar a captura, manejo, transporte e guarda adequada dos animais, com o mínimo de estresse possível para os mesmos, garantindo ainda que a operação seja realizada



dentro dos padrões técnicos exigidos para esse tipo de serviço.

Essa definição ajuda a estruturar a contratação de forma clara, abrangendo os serviços necessários e as responsabilidades da empresa contratada, garantindo segurança tanto para os animais quanto para a população.

3- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Embora não seja obrigatória a elaboração do PAC, nos termos do que dispõe o artigo 12, inciso VII da Lei nº 14.133/21, o objeto da pretensa contratação encontra respaldo orçamentário, que se fará ao final deste Termo de Referência.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Entende-se necessário os seguintes requisitos para a contratação:

- ❖ Experiência comprovada em realizar a captura, recolhimento, transporte, armazenamento de animais de médio e grande porte;
- ❖ Capacidade técnica para lidar com diferentes espécies de animais, garantindo a segurança e bem estar dos mesmos durante todo o processo;
- ❖ Disponibilidade de equipe especializada e equipamentos adequados a realização das atividades de captura e transporte dos animais;
- ❖ Cumprimento das normas e legislações vigentes relacionadas ao manejo de animais, garantindo a segurança tanto dos animais quanto da população;
- ❖ Apresentação de um plano de trabalho detalhado, contemplando todas as etapas do processo, desde a captura até o armazenamento dos animais;
- ❖ Capacidade de atender prontamente a chamados de emergência para captura de animais soltos em vias públicas, garantindo uma resposta rápida e eficaz para evitar possíveis acidentes.

1. A CONTRATADA deverá disponibilizar de 1 (um) veículo apropriado e adequado com rampa ou similar (reboque ou semirreboque, veículo boiadeiro ou similar), para o embarque e desembarque dos animais em qualquer local, arcando com todas as despesas necessárias como licenciamento, combustíveis e manutenção e conservação, bem como motorista devidamente habilitado na categoria, e tudo mais que for necessário para a perfeita execução dos serviços;

2. A CONTRATADA deverá Disponibilizar de área apropriada para guarda desses animais apreendidos, e área de pasto ou pista de atividades;

3. A CONTRATADA deverá realizar exames, feito por médico-veterinário regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV, devidamente habilitado para os exames pretendidos), o qual será responsável pela emissão, bem como pela elaboração de relatórios técnicos, devidamente atestados. Esses relatórios deverão atestar as condições de saúde, bem-estar, estado nutricional, eventuais sinais de maus-tratos, situação de risco à saúde pública ou à segurança da coletividade, além de indicar as medidas necessárias ao manejo adequado, guarda provisória, tratamento, transporte e destinação dos animais apreendidos, em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal vigente, será exigido exames no ato da apreensão do animal, sendo assim:

O laudo veterinário será emitido sempre, no ato da apreensão, ou forem constatadas irregularidades ou condições que comprometam o bem-estar e a saúde do animal, tais



como fraturas (ex.: patas quebradas), sinais de subnutrição, ferimentos, doenças infectocontagiosas (exigido exames por médico veterinário) aparentes, maus-tratos ou qualquer outra situação que represente risco à integridade física do animal ou à saúde pública. O referido laudo deverá descrever detalhadamente as condições observadas, apontar as providências necessárias para tratamento ou destinação adequada e embasar as medidas administrativas subsequentes adotadas pela Administração.

4. A CONTRATADA deverá incluir aplicação de microchip, para identificação individual dos animais recolhidos, como medida de controle e prevenção de reincidências, O microchip deverá atender às especificações técnicas e normas vigentes, a aplicação deverá ser realizada por profissional médico-veterinário ou sob sua supervisão direta, garantindo a assepsia do procedimento e o bem-estar do animal. A Contratada deverá possuir Leitor universal de transponders (microchips), aplicado e microchips para os animais apreendidos.

5. Considerando a natureza do objeto, que envolve a apreensão, manejo, transporte, guarda e alimentação de animais de médio e grande porte em situações de risco ou abandono em área urbana, torna-se indispensável que a CONTRATADA possua residência ou unidade de atuação e/ou equipe técnica responsável estabelecida no Município de Juquiá. A exigência justifica-se por:

Pronta-resposta às ocorrências: Os animais de grande porte, soltos em via pública, oferecem riscos imediatos à segurança viária, à integridade física de pedestres, motoristas e dos próprios animais. Assim, é necessária a atuação célere e ininterrupta, o que só é viável com empresa sediada e com estrutura disponível no próprio município.

Sazonalidade e imprevisibilidade: A ocorrência de apreensão de animais não obedece a um calendário fixo, surgindo de forma eventual e emergencial, exigindo disponibilidade local e logística simplificada.

Redução de custos e eficiência administrativa: A manutenção de sede fiscal e operacional no município garante diminuição de deslocamentos, maior agilidade no atendimento e menor custo, evitando despesas adicionais com transporte e diárias de equipes externas.

Integração com órgãos locais: A atuação integrada com a Polícia Militar, Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Transito, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Unidade de Vigilância de Zoonoses e demais setores da Prefeitura exige presença física próxima, a fim de agilizar a comunicação e a execução dos serviços.

6. Demais documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prestador de serviço deverá executar as atividades durante 24 (vinte e quatro) horas os 7 (sete) dias da semana e deverá sempre que solicitado, comparecer ao local onde os serviços serão realizados, (imediatamente) após a solicitação da Secretaria responsável.

O serviço deverá englobar a captura, manejo, transporte e guarda adequada dos animais, com o mínimo de estresse possível para os mesmos, garantindo ainda que a operação seja realizada dentro dos padrões técnicos exigidos para esse tipo de serviço.

A Contratada deverá dispor de responsável e/ou equipe nas dependências do Município de Juquiá, de forma a atender com eficiência e celeridade às demandas de apreensão e guarda de animais de médio e grande porte,



considerando a sazonalidade e a imprevisibilidade das ocorrências.

A contratada deverá disponibilizar de números telefônicos, para solicitação dos serviços e para de prontidão atender as demandas do objeto contratado;

Após a solicitação, o profissional deverá se deslocar até o local da ocorrência, utilizando o caminhão com carroceria do tipo boiadeiro (ou veículos para apreensão), de forma hábil, a fim de minimizar possíveis riscos ao animal, realizando a captura e recolhimento do animal utilizando equipamentos próprios e técnicas que garantam a integridade física do animal, onde após a captura deverá carregá-lo e transportá-lo até o local indicado em contrato, para que o animal possa ser solto e receba os cuidados necessários a perfeita execução do objeto desta contratação.

Após a apreensão do animal e término de seu período de estadia no local indicado pela Contratada, não ocorrendo a retirada do animal por parte do proprietário do animal, o mesmo será destinado a venda, adoção, eutanásia (nos casos específicos de risco sanitário ou doenças graves, mediante laudo veterinário) e outras destinações (de acordo com as leis e decretos vigentes) mediante justificativa técnica e legal do Poder Executivo Municipal, conforme estabelecido nos termos do Artigo 9, incisos I ao V, da Lei Municipal n.º 1152, de 15 de agosto de 2025.

A destinação final dos animais apreendidos será executada pela Contratada, somente mediante determinação formal da Administração Pública, permanecendo a Administração como única detentora da posse e da propriedade dos animais não reclamados dentro do prazo previsto na legislação específica (anexa). A destinação somente será efetivada após a conclusão do procedimento administrativo próprio, conduzido pela Secretaria responsável, observando-se as normas sanitárias, ambientais e de bem-estar animal vigentes.

DO LOCAL E DOS PRAZOS

O tempo de deslocamento até o local da realização dos serviços solicitados será de resposta imediata, após a solicitação, exceto quando se tratarem de ocorrências nos distritos, onde o prazo será estendido, sendo para os casos citados permitido tolerância máxima de até 30 (trinta) minutos.

Casos específicos referentes ao exposto anteriormente, serão analisados pela Contratante, mediante protocolo formalizado que justifique o atraso pelo prestador de serviço.

o controle executado por profissional designado para o acompanhamento dos serviços, e pelas Secretarias responsáveis indicados em Termo de Referência.

A Prestação de serviços deverá ser executado em toda a extensão urbana, e zona de expansão urbana do município de Juquiá.

5 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

TABELA I – Descrição do Objeto

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UNI. MED.
1	12	Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviço de APREENSÃO, CAPTURA, TRANSPORTE, MANEJO, GUARDA TEMPORÁRIA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, SUÍNOS, BUBALINOS, BOVINOS E EQUÍDEOS) EM SITUAÇÕES DE RISCO EM VIAS PÚBLICAS , incluindo tratamento (quando necessário), relatórios (Médico Veterinário), alimentação adequada e apropriada, cuidados necessários, (abrigo e tratamento), com área coberta (baias/curral) apropriada para manejo e guarda de	MÊS



		animais; com área de pista de atividades ou pasto disponível, e demais encargos necessários para execução do serviço por período de 12 (doze) meses.	
--	--	--	--

A contratação deverá considerar essa projeção como referência, podendo haver variações conforme a demanda real do município, estabelecendo assim um valor estimado para contratação.

6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para identificar a solução mais vantajosa para a captura, transporte, manejo e guarda de animais de médio e grande porte (equinos e bovinos) no município de Juquiá, foram analisadas diferentes abordagens disponíveis no mercado. A comparação considerou dois modelos principais:

1. Modelo 1 - Solução Completa (Terceirização Total do Serviço)

Empresa contratada é responsável integralmente por todas as etapas do serviço, incluindo:

- Captura dos animais soltos em vias públicas.
- Transporte adequado até o local de guarda.
- Manejo e cuidados necessários durante o período de apreensão.
- Manutenção de uma estrutura apropriada para a guarda dos animais.

Custos envolvidos:

Mensalidade fixa para manutenção da estrutura adequada.

Vantagens:

Eficiência operacional: O serviço é realizado por profissionais especializados, garantindo rapidez e qualidade.

Desoneração da prefeitura: A administração municipal não precisa alocar servidores, veículos ou recursos para a captura e transporte dos animais.

Menor risco jurídico: A responsabilidade pelo manejo e guarda dos animais é transferida para a empresa contratada.

Infraestrutura adequada: A empresa já possui (ou deve disponibilizar) um local apropriado para a guarda, evitando necessidade de adaptação de espaços públicos.

Atendimento contínuo: Maior disponibilidade para ocorrências, pois a empresa pode operar de forma mais ágil e com equipes dedicadas.

Desvantagens:

Custo fixo da mensalidade: Mesmo em meses com pouca ou nenhuma apreensão, o município arca com a estrutura disponibilizada.

Dependência do contratado: Caso a empresa não cumpra os prazos ou a qualidade esperada, pode haver dificuldades na fiscalização e na aplicação de penalidades contratuais.

Possível custo maior a longo prazo: Se a demanda for menor do que a estimada, a terceirização completa pode resultar em gastos superiores ao necessário.

2. Modelo 2 - Locação de Espaço e Captura pela Prefeitura

A prefeitura realiza a captura e transporte dos animais, contratando apenas a locação de um espaço adequado para a guarda e manejo.



Custos envolvidos:

- Locação mensal de uma área compatível com a demanda.
- Custos operacionais e de manutenção do serviço municipal de apreensão.
- Recursos humanos e veículos próprios para o transporte.

Vantagens:

Maior controle da prefeitura: O município gerencia diretamente a captura e o transporte, podendo fiscalizar de perto as operações.

Flexibilidade na operação: A prefeitura pode definir horários, prioridades e estratégias para a apreensão conforme suas necessidades.

Possível economia: Em meses com poucas ocorrências, os custos podem ser menores, pois não haveria necessidade de pagar uma empresa por serviço não utilizado.

Desvantagens:

Altos custos operacionais: Necessidade de investir em veículos adequados, combustível, manutenção, treinamento e contratação de pessoal.

Maior risco jurídico: A prefeitura assume a responsabilidade direta sobre os animais, incluindo possíveis incidentes durante a captura, transporte ou guarda.

Necessidade de estrutura especializada: Além da locação do espaço, é preciso garantir que os servidores tenham capacitação para manejo adequado dos animais.

Menor eficiência e disponibilidade: O atendimento pode ser mais lento, pois dependeria da disponibilidade de equipes municipais, que também possuem outras demandas.

Ambas as soluções possuem vantagens e desvantagens, mas, considerando a realidade operacional da Prefeitura de Juquiá, sendo a contratação da empresa especializada para realizar todo o serviço mais vantajosa, pois reduz os riscos administrativos e jurídicos, melhora a eficiência na captura e transporte, e elimina a necessidade de investimentos diretos na infraestrutura e capacitação de servidores, bem como os custos indiretos associados à manutenção de uma estrutura própria de apreensão e transporte.

Dessa forma, recomenda-se a contratação de uma empresa para realizar todas as etapas do serviço, assegurando maior eficiência, segurança e economia para o município.

7 - ESTIMATIVA DE VALORES

Totalizando o valor final em memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, obteve-se a médio da contratação de R\$ **121.242,84 (cento e vinte e um, duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos)**, para o período de vigência contratual de 12 (doze) meses.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para que seja possível sanar o objeto desta contratação, é necessário observar diversos aspectos que devem ser bem planejados para garantir a segurança tanto dos animais quanto dos profissionais envolvidos, além de atender às necessidades específicas de cada cliente.

1. Identificação da Necessidade

Motivo da Captura - O primeiro passo é entender a necessidade que motiva a contratação do serviço. Isso pode incluir:

Captura de animais perdidos ou que se deslocaram para áreas não permitidas.



Tipo de Animal - Equinos e bovinos são tipos de animais grandes, com comportamentos e necessidades de manejos específicos. Dependendo do tipo de animal e das condições em que se encontra, a captura pode exigir técnicas especializadas.

2. Escolha da Empresa Especializada

Pesquisa de Empresas: Após identificar a necessidade, é importante buscar empresas especializadas na captura de equinos e bovinos. Algumas características a serem avaliadas são:

Equipamento e Técnicas de Captura: A empresa deve dispor de equipamentos adequados, como cercas móveis, cordas, laços, contenção segura, e contar com profissionais treinados nas melhores técnicas de captura, evitando danos aos animais ou ferimentos nos funcionários.

Segurança: A empresa deve garantir a segurança dos animais durante o processo de captura, minimizando o estresse e o risco de lesões.

3. Procedimentos de Captura e Manejo

Avaliação prévia do local: A empresa deve analisar o ambiente onde o animal está, verificando riscos, rotas de fuga e presença de pessoas.

Planejamento da abordagem: Definição da técnica mais segura para cada situação, considerando temperamento, porte e condição física do animal.

Uso de contenção adequada: Aplicação de métodos corretos de imobilização, evitando sofrimento, estresse excessivo ou ferimentos.

Transporte seguro: Utilização de veículos apropriados, com compartimentos que atendam às normas de bem-estar animal.

4. Destinação e Guarda do Animal

Local de guarda: Após a captura, os animais devem ser encaminhados a local adequado, com abrigo, alimentação e condições mínimas de bem-estar.

Prazo para reclamação: Permanência sob responsabilidade da Contratada (até o prazo específico, mediante contrato) e Município, até vencimento do prazo previsto em lei específica para retirada pelo proprietário.

Destinação final: Somente mediante determinação formal da Administração Pública, podendo incluir devolução ao responsável, adoção, leilão, transferência ou outra medida prevista na legislação.

Esse processo de contratação garante que tanto os animais quanto os envolvidos no processo tenham sua segurança preservada, cumprindo com todas as exigências legais.

9- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada em um único lote, englobando os serviços com disponibilização do local inclusos na proposta, pois não é viável operacionalmente que uma empresa forneça o espaço e realize a guarda, enquanto outra realize os serviços de captura e transporte.

A separação dessas atividades geraria graves dificuldades logísticas e administrativas como:

Falta de integração entre os serviços: A empresa responsável pela captura e transporte precisaria negociar constantemente com a detentora do espaço, o que poderia gerar atrasos e problemas operacionais.

Dificuldade de fiscalização: A prefeitura teria que gerenciar dois contratos distintos, aumentando a



complexidade na supervisão dos serviços prestados.

Riscos jurídicos: Em caso de incidentes com os animais, haveria dificuldades para determinar a responsabilidade entre as empresas envolvidas.

Possível aumento de custos: Com a separação dos serviços, as empresas poderiam cobrar valores mais altos, pois cada uma teria custos operacionais próprios e não haveria sinergia na execução.

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Dessa forma, a contratação unificada de uma mesma empresa para realizar todo o serviço se apresenta como a alternativa mais eficiente e vantajosa, garantindo agilidade, qualidade na prestação dos serviços e maior segurança jurídica para o município.

10- RESULTADOS PRETENDIDOS

Ao contratar uma empresa especializada será possível garantir que o serviço atenda às necessidades específicas de segurança, eficiência e conformidade legal.

Controle e Redução de Animais Soltos em Áreas Urbanas e rurais

Resultado Esperado: A captura eficiente de equinos e bovinos que circulem de forma descontrolada pelas vias públicas, áreas rurais ou urbanas, reduzindo os riscos de acidentes de trânsito, danos a propriedades e prejuízos à segurança pública.

Impacto: Menor número de acidentes envolvendo animais, maior segurança para motoristas, pedestres e para os próprios animais. Maior tranquilidade para a população, redução de transtornos causados por animais nas vias públicas e áreas residenciais, aumentando a sensação de segurança e ordem.

Eficiência na Gestão de Recursos Públicos

Resultado Esperado: Contratar uma empresa especializada que possa realizar o serviço de captura de forma eficaz, sem desperdício de recursos e utilizando tecnologia adequada, resultando em um melhor custo-benefício para a administração pública.

Impacto: Utilização mais eficiente dos recursos públicos, com maior controle de custos e melhor alocação dos recursos destinados à segurança pública e ao bem-estar animal.

Melhoria na Efetividade Operacional da Administração

Resultado Esperado: Organizar e sistematizar o atendimento às ocorrências envolvendo animais soltos,



com respostas mais rápidas, procedimentos padronizados e relatórios detalhados que permitam maior controle das ações.

Impacto: Melhoria na gestão das demandas, aumento da agilidade da resposta às ocorrências e redução de transtornos à população. Facilita o planejamento estratégico, permitindo decisões mais assertivas baseadas em dados de ocorrências e capturas.

11- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE ADOTADAS

Para viabilizar a contratação do serviço de captura, transporte, manejo e guarda de animais de médio e grande porte no município de Juquiá, as seguintes providências foram adotadas previamente:

1. Definição da Solução mais viável

Foram analisados diferentes modelos de contratação, incluindo a locação isolada do espaço e a execução do serviço pela prefeitura.

Constatou-se que a solução mais eficiente e vantajosa seria a contratação de uma empresa única para realizar todo o serviço, garantindo maior integração operacional, redução de custos indiretos e menor risco jurídico.

2. Elaboração da Estrutura da Contratação

Definiu-se a divisão do contrato em um único lote, permitindo transparência na composição dos custos. Essa estrutura garante clareza na precificação e facilidade na fiscalização do contrato.

3. Pesquisa de Mercado

Foi realizado um levantamento das opções disponíveis no mercado, identificando que a melhor solução seria a contratação integrada do serviço, evitando a fragmentação entre fornecedores.

Esse estudo demonstrou que a divisão entre uma empresa responsável pelo espaço e outra pelo serviço geraria entraves operacionais e aumento de custos, justificando a adoção do modelo definido.

4. Planejamento Orçamentário

Foi analisado o impacto financeiro da contratação para garantir que os valores estejam dentro das previsões orçamentárias do município.

5. Atender aos dispositivos legais.

Instaurar processo administrativo para formalização de contrato de aquisição, obedecendo aos ritos previstos na portaria nº 010/2024, observando a reserva de dotação orçamentária, nota técnica do controle interno, parecer jurídico e autorização da autoridade competente do órgão.



Com essas providências adotadas, a administração municipal estruturou a contratação de maneira estratégica, visando eficiência, controle de custos, garantia da adequada execução do serviço e obedecendo aos dispositivos legais.

12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A contratação do serviço de captura, transporte, manejo e guarda de animais de médio e grande porte (equinos e bovinos) pode gerar alguns impactos ambientais, especialmente relacionados ao manejo dos animais apreendidos e à manutenção da área onde serão mantidos. Os principais aspectos ambientais a serem considerados são:

1. Geração de Resíduos Orgânicos

A presença dos animais no local de guarda resultará na produção de fezes, urina e restos de alimentos, podendo causar contaminação do solo e de corpos d'água próximos se não houver manejo adequado.

2. Odor e Proliferação de Vetores

A falta de higienização do espaço pode gerar maus odores e atrair insetos, roedores e outros vetores de doenças, impactando o ambiente e a vizinhança.

3. Consumo de Recursos Naturais

O serviço demandará o uso de água para higienização do local e fornecimento aos animais, além de energia elétrica para iluminação e, possivelmente, sistemas de bombeamento de água.

4. Erosão e Compactação do Solo

O trânsito constante de animais pode causar compactação do solo, dificultando a infiltração da água da chuva e podendo gerar processos erosivos.

Medidas de Tratamento e Mitigação

Para minimizar esses impactos, o contrato deve prever medidas ambientais obrigatórias, como:

Gestão de Resíduos

O responsável pela guarda deve realizar a limpeza periódica do local, garantindo a remoção adequada dos dejetos dos animais, preferencialmente destinando-os para compostagem ou descarte correto.

Controle de Vetores e Odor

O espaço deve passar por higienização regular e contar com manejo adequado dos alimentos e água, evitando acúmulo de resíduos orgânicos que possam atrair vetores.

Uso Eficiente de Recursos Naturais



A empresa contratada deve adotar medidas para uso racional de água e energia, podendo incluir captação de água da chuva para limpeza e bebedouros para os animais.

Preservação do Solo

O local de guarda deve possuir drenagem adequada, e se necessário, cobertura vegetal ou pisos drenantes para evitar erosão e compactação excessiva.

Embora a atividade apresente possíveis impactos ambientais, estes podem ser totalmente mitigados com o cumprimento de boas práticas de manejo e higienização. Dessa forma, a contratação do serviço não representa riscos ambientais significativos, desde que a empresa contratada adote as medidas necessárias para garantir a sustentabilidade da operação.

14- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a contratação da empresa a que se refere este documento, sendo a responsável pelo controle e redução de animais soltos em áreas urbanas e rurais, tornando uma cidade mais segura, saudável e bem gerida, com maior conformidade legal e respeito ao bem-estar animal.

Além disso, promove a melhoria da qualidade de vida para a população, ao reduzir os riscos e os transtornos causados por animais soltos, e contribui para o fortalecimento da imagem da administração pública como uma gestão eficiente e responsável, segundo as condições e especificações previstas neste ETP e no Termo de Referência.

Conclui-se, com base nos elementos colhidos durante o estudo técnico preliminar, que a contratação é adequada para atendimento da necessidade a que se destina.